|  |  |
| --- | --- |
|  |  |

**O PROGRAMA DE REQUALIFICAÇÃO URBANA E SEGURANÇA CIDADÃ DE VITÓRIA**

**(BR-L1497)**

**RELATÓRIO DO SISTEMA DE GESTÃO AMBIENTAL DO PROGRAMA**

**(PLANO DO SGA)**



**ANDRE SAMPAIO**

**VITORIA, JUNHO 2018**

**SUMÁRIO**

|  |  |
| --- | --- |
|  | **PÁGINA** |
| I. INTRODUCAO | 3 |
| I. CONSIDERAÇÕESINICIAIS | 4 |
| II. OBJETIVOS E COMPONENTES DO PROGRAMA | 5 |
| III. POLÍTICA DE GESTÃO AMBIENTAL. | 13 |
| III.1. Política e Diretrizes | 14 |
| III.2. Aspectos Ambientais Significativos do Programa | 15 |
| III.3. Linhas de Ações Específicas | 16 |
| III.4. Marco Lógico | 19 |
| III.5. Cumprimento das Exigências Legais e Institucionais | 25 |
| IV. IMPLEMENTAÇÃO DO SGA. | 33 |
| IV.1. Execução do Programa. | 34 |
| IV.2. Objetivos e Metas do SGA | 37 |
| V. TREINAMENTO, CONSCIENTIZAÇÃO E COMPROMETIMENTO | 37 |
| V.1. Treinamento e Conscientização | 38 |
| V.2. Comprometimento | 38 |
| V.3. Comunicação Interna | 38 |
| V.4. Comunicação Externa | 38 |
| VI.1. IDENTIFICAÇÃO DOS PROCESSOS E DOS ASPECTOS AMBIENTAIS | 39 |
| VI.1. Identificação dos Processos | 39 |
| VI.2. Identificação dos Aspectos e Impactos Ambientais | 40 |
| VII. PLANEJAMENTO | 40 |
| VII.1. Planejamento do SGA | 40 |
| VII.2. Planejamento e Execução de Obras | 40 |
| VIII. ANÁLISE DE MELHORIA | 41 |
| VIII.1. Inspeções Ambientais | 41 |
| VIII.2. Análise Crítica da UGP | 42 |
| VIII.3. Melhoria Contínua | 42 |
| IX.PROCEDIMENTOS DE OBRAS DO SGA | 43 |

1. **INTRODUCAO**

O desenvolvimento urbano da cidade de Vitória vem se destacando em relação a todo território brasileiro, de acordo com o estudo da Iniciativa Cidades Emergentes e Sustentáveis (ICES) do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), aplicada no Brasil em parceria com a Caixa Econômica Federal, esse anseio pelo desenvolvimento sustentável, vem de encontro da busca por alternativas voltada para o desenvolvimento socioeconômico orientado pelo planejamento estratégico com o objetivo em atender as necessidades e os desafios de cidades emergentes, como Vitória. Após o diagnóstico propiciado pela metodologia da ICES, rápido e integrado, ficaram evidentes algumas áreas da cidade que necessitava receber intervenção de grande porte, de forma a solucionar problemas e reverter indicadores negativos, remodelando completamente áreas urbana voltada à melhoria da qualidade ambiental e de vida da população.

Nessa busca pelo desenvolvimento sustentável, ficou evidente a necessidade da reabilitação/requalificação das regiões da Orla Noroeste e do Centro Histórico da Cidade; as ações de prevenção aos desastres naturais e às mudanças climáticas associada a segurança cidadã e o fortalecimento institucional, tanto no campo de estudos e projetos, quanto na execução de intervenções de obras, serviços e fornecimento de equipamentos.

Vitoria, embora apresente indicadores positivos, existe um fator importante a ser considerada a desigualdade urbana. Observa-se que as regiões da cidade onde aparecem as menores concentrações de renda, são também as regiões que apresentam pior desempenho em áreas como educação, saúde e segurança, dados estes confirmados pela população na Pesquisa de Opinião Cidadã (Plano de Ação Vitória Sustentável, 2015) demonstrando, assim, fragilidade nas políticas públicas e escassez de equipamentos qualificados, como, os existentes nas áreas mais “nobres” da cidade.

Na primeira etapa do Programa de requalificação urbana e segurança cidadã de Vitória, as áreas escolhidas para as intervenções, diz respeito ao corredor da Orla Noroeste, destacando-se primeiramente pelo seu expressivo valor ambiental, e por possuir grande valor histórico, cultural e econômico. Essa região têm um grande potencial de alavancar tanto o equilíbrio territorial, quanto o desenvolvimento econômico e social da cidade, redesenhando a parcela oeste do território Municipal, desde o centro da cidade, contornando a borda da Ilha até seu encontro com o continente no limite com o mangue. São 19 km de frente de água que marcam a ocupação e a forma de viver da grande maioria dos capixabas, com intervenções de caráter urbanístico, socioeconômico, turístico-cultural, ambiental e institucional, sobretudo a Orla Noroeste que é uma região fruto de um processo de ocupação informal, de alto potencial paisagístico, marcada pela presença da Baía de Vitória. A conservação dos ecossistemas ligados a vida marinha que não podem receber expansão urbana, como os manguezais presentes naquele local, respeitando às características e vocações peculiares de cada parte desse território. Pretende-se reconhecer potencialidades e fragilidades para intervir com eficiência tanto na construção de um espaço qualificado para as pessoas, quanto na sustentabilidade das ações no que se refere à economia dos recursos e sua compatibilização com a capacidade de suporte do território no atendimento às deficiências encontradas.

No Projeto de Requalificação da Orla Noroeste, a atenção se volta para recuperação de espaços públicos através da repaginação urbana da orla com calçadas, ciclovias, píeres, atracadouros, jardins, mobiliário urbano, dentre outros, da implantação e reforma de equipamentos públicos, bem como de ações para a melhoria da mobilidade urbana da região, para o fomento das atividades econômicas, de investimentos nas áreas de saneamento básico, com destaque para a captação e tratamento de esgoto., diante disso, o Programa de requalificação urbana de Vitória , faz-se necessário, para a continuidade do processo de melhorias que as cidades estão enfrentado gerados pela falta de sustentabilidade urbana presentes nos grandes centros com intuito de requalificação e expansão das cidades, associada a conservação do meio onde está inserida.

**CONSIDERACOES INICIAIS**

A requalificação urbana e segurança cidadã de Vitória (BR-L1497) faz parte do Componente Desenvolvimento Urbano e Gestão Ambiental Sustentável que financiará, entre outras atividades, a melhoria dos instrumentos de gestão e planejamento urbano, territorial e ambiental, em razão do crescimento econômico e demográfico da cidade de Vitoria, por meio do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) através do (ICES) – Iniciativa Cidades Emergentes e Sustentáveis (ICES).

O Sistema de Gestão Ambiental deverá ser, portanto, um instrumento pelo qual a Prefeitura Municipal de Vitoria/ES, no âmbito do ICES, por meio da Unidade de Gerenciamento do Programa (UGP), que foi instituída pelo Decreto de Lei N° 16.965/2017, que possui como atribuições o gerenciamento de todas as operações relativas à preparação, às negociações, à execução e à prestação de contas dos recursos contratados junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no âmbito do “Plano de Ação Vitória Sustentável – Primeira Etapa”.

A Unidade promoverá a gestão ambiental e social durante o planejamento e a implantação das obras e o cumprimento da legislação ambiental e da Política de Meio Ambiente e Cumprimento de Salvaguardas (OP-703) do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). A implementação do SGA permitirá, ainda, a atualização dos procedimentos de gestão ambiental, social e de requalificação urbana em conformidade com os requerimentos de órgãos ambientais intervenientes e do BID. Para tanto, as ações destinadas ao controle ambiental e social farão parte das rotinas das empresas de apoio ao gerenciamento e supervisão de obras e construtora contratadas, seguindo as especificações técnicas e os procedimentos para garantir a qualidade, a segurança e a proteção ambiental das áreas, a saúde e segurança dos trabalhadores e a segurança e o bem estar das populações afetadas.

O Programa de requalificação urbana e segurança cidadã de Vitória, agregam vários agentes intervenientes, necessitando de um Sistema de Gestão Ambiental(SGA) em que fiquem assegurados e definidos os documentos necessários ao Gerenciamento Ambiental dos empreendimentos e os fluxos desses documentos entre os vários atores envolvidos, assim como suas responsabilidades, com o objetivo de implantar as melhores práticas para o desenvolvimento ambiental e social dos projetos. O relatório de gestão, será composto por dois documentos, este Plano e o Manual de Procedimentos do SGA, que foram desenvolvidos com base nas entrevistas realizadas com os técnicos da UGP, com os órgãos estaduais diretamente envolvidos com Programa, com a empresa responsável de elaborar o RAAS – Relatório de Avaliação Ambiental e Social do Programa e nos documentos disponibilizados pela UGP e pelo BID.

Este Plano do SGA, primeiro documento do Sistema, apresenta a sua concepção e estrutura que estabelece as diretrizes gerais, os principais procedimentos socioambientais, além de algumas instruções de projeto e especificações técnicas necessárias ao desenvolvimento das atividades do Programa, em conformidade com o Plano de Gestão Ambiental e Social (PGAS) do RAAS e a OP-703 do BID. O Manual do SGA, por sua vez, detalha os procedimentos socioambientais, bem como os formulários de controle, e apresenta o resumo dos Programas. Desta forma, o SGA contempla instrumentos específicos para a incorporação de mecanismos de coordenação e planejamento, definição de atores e funções, além de indicadores socioambientais, tanto de desempenho institucional como de programas e projetos de meio ambiente e saúde e segurança, assegurando o acompanhamento e melhoria contínua do Programa.

Os programas embora sejam voltados à melhoria ambiental, social e da qualidade de vida, em decorrência do volume de obras envolvido há uma tendência, sobretudo por parte das áreas de engenharia, de considerá-los como programas de obras em que estas são um fim em si mesmo e não um meio para se obter melhoria objeto dos programas. Não por acaso, as obras acabam tendo um tratamento diferenciado e de maior importância, quando comparadas às demais atividades contempladas pelos programas, inclusive as de meio ambiente e social.

As questões socioambientais são tradicionalmente consideradas como de responsabilidade exclusiva das equipes social de meio ambiente da UGP e das empresas de apoio à supervisão de obras e construtora, por conseguinte, as demais áreas além de não se envolverem com tais questões na maioria das vezes às relegaram a um plano secundário. Conforme pode ser constatado nesse tipo de obra, raramente existe, por parte de todos os envolvidos com os programas dessa natureza , em nenhuma de suas fases, do planejamento à operação, uma compreensão sobre a importância do controle ambiental e da mitigação dos impactos socioambientais, assim como a aceitação de que a sustentabilidade deve ser dever de todos, somado ao fato de que os problemas socioambientais são considerados como de menor importância, relegam as soluções desses problemas a prazos longos, aos labirintos burocráticos, quando não ao esquecimento; e finalmente, a linguagem comumente adotada nos programas socioambientais, por tratar de temas e técnicas específicos, nem sempre acessível aos técnicos da áreas de planejamento e engenharia, também contribui para o pouco envolvimento desses técnicos com a sustentabilidade e a manutenção da qualidade socioambiental das obras.

O SGA proposto para o Programa de requalificação urbana e segurança cidadã de Vitória, deverá eliminar grande parte desses problemas, uma vez que:

* os procedimentos e formulários que compõem o SGA tornam as ações de mitigação de impactos e controle socioambiental mais objetivas e de compreensão mais fácil para os responsáveis pelas obras que, na maioria das vezes, tem pouco conhecimento no trato das questões socioambientais;
* o sistema transfere para todos os envolvidos, técnicos, engenheiros e administradores, tanto da UGP como da empresa de apoio à supervisão de obras e Construtora, a responsabilidade pela qualidade socioambiental que, normalmente, sem o SGA, acaba sendo de exclusividade dos técnicos das áreas de meio ambiente e social; e
* torna mais dinâmico e eficiente o trato das questões socioambientais do Programa, eliminando o encaminhamento burocrático de relatórios e processos e reduzindo significativamente o prazo para a correção dos problemas apontados (não conformidades).

O SGA também possibilita, de forma rápida e eficaz, por meio dos Planos de Melhoria, a solução de problemas socioambientais não previstos nos programas de mitigação de impactos e controle ambiental, que normalmente ocorrem no decorrer da implantação das obras.

*Há que se considerar, entretanto, que este SGA deve ser considerado como preliminar, como referência do que deve ser considerado no gerenciamento socioambiental do Programa. Embora os procedimentos e formulários recomendados tenham como base os programas do PGAS, todos deverão ser objeto de discussão e revisão, inclusive com relação à sua necessidade ou aplicabilidade, na reunião de apresentação e nas reuniões de discussão da implementação do Sistema.*

**II OBJETIVOS E COMPONENTES DO PROGRAMA**

O objetivo geral do Programa é a promoção da sustentabilidade urbana de Vitoria por meio da melhoria urbana, econômica e de gestão municipal.O Programa contempla três componentes, conforme segue:

* **Componente I. Requalificação Urbana da Orla Noroeste**. Financiará: (i) instalação de infraestrutura urbana (pavimentação de vias e passeios), e a construção de equipamentos e espaços públicos, de umaciclovia e regularizaçãofundiária; (ii) ações integradas de saneamento (drenagem e ligação domiciliar de esgotos), (iii)obras e programas orientados à preservação dos ativosambientais do município e aumento da resiliênciaàsmudançasdo clima no territorio
* **Componente II. Segurança Cidadã**. Financiará: (i) ações de prevenção social da violência com foco na população jovem, incluindo o fortalecimento de centros de juventude a ampliação de unidades escolares de turno completo, unidades básicas de saúde (ii) ações de apoio à eficácia da Guarda Municipal na prevenção e controle do delito.
* **Componente III.** **Gerenciamento e Administração do Programa**. Financiará: (i) apoio a novos planos estratégicos setoriais; (ii) promoção da eficiência energética do Palácio Municipal; e (iii) implantação de um Centro de Cooperação da Cidade visando ampliar a capacidade municipal, além da administração do programa, a ser executada pela Unidade de Gerenciamento do Programa, que inclui não apenas a gestão do Programa em si, mas também a contratação dos estudos para o licenciamento ambiental das obras, da supervisão de obras.

As atividades que fazem parte do programa estão ligadas à administração, monitoramento, auditoria e avaliação que irão beneficiara população das áreas sob intervenção com urbanização integrada da cidade de Vitoria. A seguir segue o quadro 1 com o resumo do programa e todos os componentes presentes no Projeto Requalificação Urbana da Orla Noroeste.

**Quadro No 1**: Resumo do Programa – Componente 1

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **COMPONENTE 1 – REQUALIFICAÇÃO URBANA DA ORLA NOROESTE** | | | | |
| **SUBCOMPONENTE 1 – REABILITACAO URBANA** | **Item** | **Objetivos** | **Ações** | **Metas** |
| **PRODUTO 1**  **Plano Diretor de Reabilitação do Centro Histórico de Vitória** | Promover melhorias na infraestrutura de saneamento básico, iluminação dos espaços públicos, condições de mobilidade e acessibilidade urbana, especialmente nos locais com maior precariedade, compatibilizando a ocupação urbana preservando os locais de interesse ambiental e a configuração da paisagem urbana, com aproveitamento de edifícios não utilizados para a produção de novas habitações de interesse social. Fomentando a revitalização econômica da área, promovendo o desenvolvimento social e humano. | * Desenvolvimento de ações para a implementação de projetos e fomento a atividades. * Envolvimento da sociedade na melhoria das condições de acesso e permanência * Uso racional da infraestrutura instalada; * Uso comercial das habitações em atividade econômica, de forma a permitir sustentabilidade; * Ações específicas para imóveis de interesse histórico-cultural e para o incentivo à implantação de novos usos; * Estimular o adensamento com diversidade de renda, aumentar a oferta de equipamentos e melhorar as condições de habitabilidade; * Fomentar a visitação da área * Introduzir novas dinâmicas urbanas | * Elevar a qualidade do ambiente urbano na região, valorizando os atributos positivos dessas áreas: as atividades econômicas, especialmente comércio; * Complementar a rede de transporte público de massa existente e os recentes investimentos; * Motivação/incentivo para induzir o restabelecimento com os espaços públicos por meio da requalificação física e social local |
| **PRODUTO - 2**  **Requalificação Urbana da Orla Noroeste** | Com o objetivo de voltar a atenção para a Orla Noroeste, recuperando essa importante região através da reestruturação urbana com inserção de equipamentos e espaços de uso público de lazer, para tal, os projetos e as ações estruturais serão integradas para melhorar a infraestrutura entreas atividades, que já acontecem nos museus e casas presentes na orla noroeste, mas acontecem de maneira precária nas zonas habitadas. O programa pretende promover e melhorar o turismo contemplativo, com apoio aos restaurantes formais e informais através de atracadores para embarcações nos decks que serão instalados ao longo da orla em pontos estratégicos, fomentando a visitação na região noroeste da cidade de Vitoria. | * Promover ações que resultem na melhoria da segurança pública na região; * Reurbanização das vias na orla com ciclovia, calçada, pista de rolamento, estacionamentos, praças; Passeio contínuo à beira mar com decks, plataformas e flutuantes; * Promover o desenvolvimento sustentável, com a repartição equânime do produto social e dos benefícios a serem alcançados, proporcionando um uso racional dos recursos naturais, para que estes estejam disponíveis às presentes e futuras gerações * Implantação de atividades que confiram urbanidade e diversificação de usos nas escalas metropolitana, municipal e local, reforçando e potencializando as atividades já desenvolvidas pela comunidade; * Universalizar o acesso à orla, com a criação do passeio contínuo, com passeio de pedestres e ciclovia, e sempre que possível, associada a uma via carroçável. * Estudar a melhoria da mobilidade da região como um todo interligando permitindo o acesso as áreas internas da ilha da orla à baía. | * Ampliação do Museu Histórico da Ilha das Caieiras * Ligação viária entre os bairros Nova Palestina e Resistência; * Iluminação pública; * Rede de drenagem; * Complementação da rede de esgotamento sanitário e ligações domiciliares; * Recuperação do manguezal; * Paisagismo e incremento da arborização urbana. * Estudo funcional de mobilidade para toda a região, visando, sobretudo, a conexão entre os espaços internos e a orla * **I**mplementação de equipamentos culturais, turísticos e esportivos * Reforma das calçadas dos imóveis públicos * Reforma do Centro Cultural Carmélia Maria de Souza * Reforma do Cais do Hidroavião * Construção do anexo do Museu Histórico da Ilha das Caieiras * Construção do Centro de Pescado – Ilha das Caieiras * Ampliação e qualificação do atendimento em educação da região, com implantação de tempo integral |
| **PRODUTO - 3**  **Plano de Mobilidade Urbana** | Interligação da Infraestrutura Cicloviária integrando os eixos de mobilidade Noroeste e Nordeste recuperando uma importante região de Vitória com a requalificação de espaços públicos através do desenho urbano da orla com calçadas, ciclovias, píeres, atracadouros, jardins, mobiliário urbano, dentre outros, com a contratação de equipamentos públicos através de Consultoria para revisão do Plano Diretor de Transporte e Mobilidade Urbana da cidade de Vitória. | * Implantação da ciclovia da Rua da Grécia - 600 metros que interligam a Reta da Penha, principal tronco viário da região, à Ponte de Camburi complementando um eixo viário importante.   • Implantação da ciclovia da Av. Rio Branco - 1800 metros que interligam a Reta da Penha à Avenida Leitão da Silva, segunda opção troncal da região, principais eixos viários da região. Possui projetos geométrico e urbanístico;  • Contratação de projeto e implantação da ciclovia Praça dos Namorados / Parque Tancredão - 9 km de trechos complementares à malha cicloviária. | * A participação da região central, na matriz de origem e destino do transporte cicloviário, é a maior entre todas e equivale a 19,65%; * O maior volume de ciclistas do município transita pela Av. Marechal Mascarenhas de Moraes (21,5%); * O principal problema apontado pelos ciclistas é a falta de ciclovia em seus trajetos habituais (24,5%); * O ponto de maior volume de ciclistas do município está na região central e é de 666 ciclistas/hora. |

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **COMPONENTE II – SEGURANÇA CIDADÃ** | | | | | | | |
| **SUBCOMPONENTE 2 - SUSTENTABILIDADE URBANA** | **Item** | **Objetivos** | | **Ações** | **Metas** | | |
| **PRODUTO 1**  **Ampliação da Cobertura Vegetal do Município** | Desenvolver projetos de reflorestamentos no sentido de recuperar ou restaurar vegetação nativa das áreas de Mata Atlântica e áreas degradadas no território municipal ampliando as condições de refúgio e de habitats para fauna e flora silvestre com consequente diminuição do grau de vulnerabilidade da cidade em face dos eventos extremos das mudanças e das adversidades climáticas bem como de educação ambiental e de ecoturismo. | | * Implantação de 20 (vinte) hortas comunitárias; * Ações de reflorestamento e metas a serem atingidas; * Recuperar áreas degradadas, pontos viciados de depósito de resíduos e ainda reduzir os focos de mosquitos; * Reduzir o aporte de resíduos sólidos urbanos às galerias pluviais; * Mitigar os riscos de deslizamentos ou escorregamentos de barrancos ou de matacões. | * O consumo consciente de alimentos orgânicos e plantas medicinais cultivados, * Criar condições de recarga dos lençóis freáticos que contribuirá por sua vez para a ampliação progressiva da disponibilidade de água de nascentes * Contenção nas encostas, em função do risco de deslizamentos. | | |
| **PRODUTO 2**  **Fonte Viva** | Projeto de Recuperação de Nascentes, prevê o diagnóstico técnico sobre a qualidade da água de 25 (vinte e cinco) nascentes. | | * Diagnóstico técnico através do monitoramento da vazão e análise da qualidade da água das nascentes; * Implantação de fontes comunitárias para o uso público da água; * Gestão dos recursos hídricos no município. | * Agregar estratégias para valorizar e recuperar o patrimônio hídrico; | | |
| **PRODUTO 3**  **Contenção de Encostas** | Conservação de ecossistemas ligados a vida marinha estuaria, através de contenções de encosta que sofreram com intemperismo e ações humanas nas áreas de manguezais, evitando e mitigando problemas com inundações costeiras e enxurradas no período chuvoso. | | * Planejamento urbano adequado e a longo prazo: para evitar a possibilidade de inundação costeira. * Detalhamento e ampliação do escopo do estudo de inundação marinha ainda mais detalhado e ampliado, principalmente no contexto de mudanças do clima. * Escolha da melhor alternativa do sistema de contenções que proporcione eficiência e menor impacto ao ambiente. | * Execução das contenções de encostas prioritárias apontados pelo Plano Municipal de Redução de Risco – PMRR | | |
|  | **PRODUTO 4**  Redução dos Fatores de Riscos | Implementação de ações voltadas para a população residente em áreas de risco, contribuindo para a redução dos índices de criminalidade violenta do município, por meio da implementação de ações de prevenção social da violência e da consolidação das capacidades analíticas, operacionais e estratégicas da ação da Guarda Municipal | * Implantação de brinquedos acessíveis nos Parques Municipais * Revitalização, Reforma e Construção de Campos de Futebol de Grama Sintética * Revitalização das 22 unidades de Academias Populares de Idosos * Reforma e Ampliação da Casa da Juventude * Reforma e estruturação do Centro de Referência da Juventude * Reestruturação e ampliação do projeto Escola da Vida * Construção da unidade básica de saúde de Santo Antônio * Construção da unidade básica de saúde de Grande Vitória * Construção do Centro de Referência de Atendimento ao Idoso * Construção de 02 (dois) Centros de Referência Especializados de Assistência Social – CREAS. | | | * Ações de Revitalização Cultural * Ações de Prevenção em Saúde * Ações de Prevenção em Educação * Ações de Prevenção em Ação Social * Estruturação da Segurança Pública * Ações de Promoção dos Direitos Humanos   Ações de prevenção na área de Esportes |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **COMPONENTE III - GERENCIAMENTO E ADMINISTRAÇÃO DO PROGRAMA** | | | | |
| **SUBCOMPONENTE 1 - MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO** | **Item** | **Objetivos** | **Atividades** | **Metas** |
| **PRODUTO 1**  **Formação Continuada de Servidores** | Qualificação das equipes de servidores envolvidas nas ações do Programa | * Capacitação técnica das equipes em relação a novas metodologias incorporadas ao cotidiano da municipalidade | Garantia de sustentabilidade aos novos processos no desenvolvimento dos produtos propostos. |
| **PRODUTO 2**  **Modernização e Adequação do Palácio Municipal** | Responder aos anseios da sociedade e do Estado no Combate à Corrupção, improbidade administrativa e lavagem de dinheiro, males regionais, nacionais e globais. | * Reforma do Palácio Municipal Procuradoria com instalações que potencializem a atividade servidores públicos. | * Permitir maior eficiência dos serviços, * Ofertar melhores condições de trabalho aos servidores e, * Garantir conforto e segurança aos usuários dos serviços prestados. |
| **PRODUTO 3**  **Centro de Cooperação da Cidade** | Criação de um edifício destinado a implantação de um centro de comando e  Controle. | * Construção de um edifício Inteligente / Sustentável para o CIOC * Aquisição de equipamentos para Tecnologia da Informação (processamento e, armazenamento de dados, backup e rede); * Aquisição de solução para captação de energia fotovoltaica; * Aquisição e implantação de Sistema de Monitoramento do Ambiente | * Produtividade e desempenho do ambiente e do operador; * Segurança física e lógica da informação e dos equipamentos; * Ergonomia e conforto das posições de trabalho; * Disponibilidade do ambiente e da tecnologia para funcionamento contínuo 24x7; * Controle e monitoramento local e remoto dos equipamentos e da infraestrutura; |
| **SUBCOMPONENTE 2 - ADMINISTRAÇÃO DO PROGRAMA** | **PRODUTO 1**  **Administração do Programa** | O produto é dedicado à administração do programa, a ser executada pela Unidade de  Gerenciamento do Programa, | * contratação dos estudos para o licenciamento ambiental das obras, * supervisão de obras e outros que forem necessários à adequada implantação das ações, | * Monitoramento, avaliação e auditoria externa das ações |

**III. A POLITICA DE GESTÃO AMBIENTAL**

**III.1. Política e Diretrizes**

O SGA ora apresentado vem ao encontro às Políticas de Gestão Ambiental e de Meio Ambientede Vitoria/ES e Cumprimento da Política de Salvaguardas do BID.A Gestão Ambiental de Vitoria está consolidada no Código Municipal de Meio Ambiente –Lei Complementar de 06 de junho de 1997, que inclui no seu Capítulo I, dos Princípios Fundamentais:

Art. 1° - Este Código fundamentado no interesse local, regula a ação do Poder Público Municipal e sua relação com os cidadãos e instituições públicas e privadas, na preservação, conservação, defesa, melhoria, recuperação e controle do meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida.

Art. 2° A Política Municipal de Meio Ambiente é orientada pelos seguintes princípios:

I –a promoção do desenvolvimento integral do ser humano;

II – a racionalização do uso dos recursos ambientais naturais, ou não;

III – a proteção das áreas ameaçadas de degradação;

IV – o direito de todos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e a obrigação de defende-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações;

V – a função social e ambiental da propriedade;

VI – a obrigação de recuperar áreas degradadas e indenizar pelos danos causados ao meio ambiente;

VII – garantia da prestação de informações relativas ao meio ambiente.

Há que se considerar, ainda, o seu Capítulo II, dos Objetivos:

Art. 3° A Política Municipal de Meio Ambiente:

I - articular e integrar as ações e atividades ambientais desenvolvidas pelos órgãos e entidades do Município com aquelas de âmbito federal e estadual;

II –articular e integrar ações favorecer instrumentos de cooperação em planejamento e atividades intermunicipais vinculadas ao meio ambiente;

III –identificar e caracterizar os ecossistemas do Município, definindo as funções especificas de seus componentes, as fragilidades, as ameaças, os riscos e os usos compatíveis;

IV –compatibilizar o desenvolvimento econômico-social com a preservação da qualidade de vida, e uso racional dos recursos ambientais, natural ou não;

V –controlar a produção, extração, comercialização, transporte e emprego de materiais, bens e serviços, bem como de métodos e técnicas que comportem risco ou comprometam a qualidade de vida e o meio ambiente;

VI – estabelecer normas, critérios e padrões de emissão de efluentes e de qualidade ambiental, bem como normas de uso e manejo dos recursos ambientais, naturais ou não, adequando permanentemente em face da lei de inovação e tecnologia;

VII –estimular a melhor aplicação de tecnologia disponível para a constante redução dos níveis de poluição;

VIII – preservar e conservar as áreas protegidas no Município;

IX – estimular o desenvolvimento de pesquisas e uso adequado dos recursos ambientais, naturais ou não; Estabelecer tratamento diferenciado aos espaços urbanos, procurando respeitar e proteger a pluralidade e as especificidades biológica e cultural de cada ambiente;

X – promover a educação ambiental na sociedade e especialmente na rede de ensino Municipal;

XI –promover o zoneamento ambiental;

Com relação à Política de Meio Ambiente e Cumprimento de Salvaguardas do BID (OP-703), por sua vez, o SGA atende principalmente as seguintes Diretrizes: i) B.1. Políticas do Banco; ii) B.2. Legislação e normas nacionais; iii) B.4. Outros fatores de risco; iv) B.5. Requisitos de avaliação ambiental; v) B.7. Supervisão e cumprimento; e vi) B.17. Aquisições.

**III.2. Aspectos Ambientais Significativos do Programa**

Os aspectos ambientais significativos do Programa de requalificação urbana e segurança cidadã de Vitória estão no Relatório de Avaliação Ambiental e Social (RAAS) contratado pelo BID. Dizem respeito aos impactos positivos, promovidos pela melhoria urbana e da qualidade de vida da população de Vitoria, e aos impactos negativos decorrentes da implantação das obras do Programa. Todos esses impactos são apresentados no Quadro de Impactos do Programa, incluído do Manual do SGA.

Em decorrência dos impactos socioambientais previstos foram recomendadas medidas mitigadoras para as fases de planejamento e construção da infraestrutura contemplada pelo Programa. Para todas as medidas mitigadora serão elaborados procedimentos de mitigação e controle socioambiental que farão parte do SGA, juntamente com formulários específicos de fiscalização e controle.

**III.3. Linhas de Ações Específicas**

***a) Inclusão das variáveis ambientais no planejamento e projeto***

A dimensão socioambiental do Programa de Requalificação Urbana e Segurança Cidadã de Vitória, no que refere-se a gestão ambiental e social das obras e demais intervenções propostas, deve ser pautada no atendimento às Políticas de Gestão Ambiental Municipal e de Meio Ambiente no Cumprimento de Salvaguardas do BID, além de conduzir o planejamento e implantação das obras do Programa de acordo com os conceitos de sustentabilidade ambiental.

*Estratégia:*

Desenvolvimento de projetos que possibilitam menor custo de implantação, maior eficiência energética, redução no consumo e reuso de água, maior conforto ambiental, térmico e acústico e menor custo de operação e manutenção. O detalhamento dos projetos executivos poderá ser pautado pelas recomendações aqui apresentadas, de modo a assegurar a viabilidade ambiental dos empreendimentos, considerando as especificidades das múltiplas obras do Programa.

***b) Planejamento e gerenciamento ambiental das obras***

O processo de planejamento e execução das obras deve ser definido com vistas ao gerenciamento das interfaces e a qualidade ambiental do Programa. A plena execução dos programas com o cumprimento das medidas de controle ambiental nas fases de planejamento e construção exigirá uma coordenação centralizada, uma vez que há medidas que serão efetivamente executadas pelas empresas construtoras. A coordenação dos demais programas e medidas, cuja implantação é de responsabilidade direta da PMV, exigirá o apoio de uma equipe de Gestão Ambiental, que terá atribuições integrantes na estratégia de planejamento geral das obras.

*Estratégia:*

Seleção de empresas construtoras comprometidas com a conservação ambiental e inclusão de cláusulas ambientais nos contratos de construção, priorizando o uso adequado dos recursos, Tem como estratégia o desenvolvimento de ações coordenadas necessárias ao adequado planejamento ambiental das obras, o que inclui a liberação das frentes de obra alinhada com a gestão das atividades, onde cada componente tem programas ambientais específicos que envolvem diferentes espaços urbano que estão nas áreas diretamente afetadas pelo programa, respeitando e protegendo as circunstancias de cada ambiente.

***c) Exigências ambientais no edital de contratação de empresas construtoras***

O edital de licitação das obras deve estabelecer os requisitos ambientais mínimos a serem atendidos pelas empresas construtoras. As atividades relativas ao controle ambiental deverão ser partes integrante da mesma planilha de custos e cronograma físico do projeto, esse controle será parte dos editais de licitação de obra, especificando manejo de resíduos de canteiros e de áreas de intervenção.

*Estratégias:*

Qualificação técnica ambiental da empresa construtora, com base em experiência comprovada na execução de pelo menos, obras de porte médio, obras de macrodrenagem, micro drenagem, desassoreamento de cursos d’água e urbanização. A comprovação deve ser feita de acordo com o edital de obras e a UGP, ao seu critério, pode também exigir declaração do órgão ambiental licenciador de que as obras cumpriram os requisitos ambientais que constarem no RAAS.

***d) Implantação, operação e desmobilização do canteiro de obras***

Os canteiros de obras, além de atenderem à legislação ambiental e às Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego, devem ser implantados e operados de forma a evitar danos ambientais e acidentes de trabalho e, depois de desmobilizados, a área degradada pela atividade deve ser recuperada de forma que as suas condições ambientais sejam iguais ou superiores às existentes anteriormente às obras.

*Estratégia:*

Estabelecimento de critérios socioambientais para a implantação e controle da produção nas instalações provisórias do canteiro de obra, visando a redução dos riscos de passivos ambientais decorrentes das obras, a PMV deve assegurar que todas as medidas e programas propostos neste documento e nos estudos ambientais sejam incorporados à rotina de seus colaboradores e funcionários, bem como nos editais de contratação de obras. Os equipamentos industriais serão mantidos em perfeitas condições operacionais e de regulagem. Na medida do necessário serão adotados dispositivos de atenuação de ruídos, de forma a garantir atendimento às normas de segurança de trabalho aplicáveis. A manutenção das condições de organização e limpeza de todas as áreas utilizadas na construção será de responsabilidade da empresa construtora, sob fiscalização do empreendedor que deverão ter procedimentos de rotina, na logística de controle dos insumos presentes na área do canteiro e na manutenção e operação das unidades instaladas, através de acompanhamento das atividades desenvolvidas registradas no diário de obra até o processo final de desmobilização do canteiro de obras

***e) Controle ambiental dos procedimentos construtivos***

As obras do Programa devem ser implantadas de forma a evitar ou reduzir os impactos socioambientais, tanto no canteiro de obras como no seu entorno em se tratando de área de fragilidade ambiental como: Estuário, mangues, áreas de preservação permanente, e que sofrem influências da maré.

*Estratégia:*

Cumprimento da legislação ambiental e das condicionantes das Licenças Prévia e de Instalação, definição de métodos de intervenção apropriados e estabelecimento de normas e critérios de acompanhamento técnico com formulários específicos de fiscalização e controle ambiental da construção, onde está incluso um conjunto de medidas a serem coordenadas pela UGP, diretamente, e com apoio de consultores especializados na supervisão ambiental, que será, monitorado por meio de uma rotina sistemática de vistorias realizadas por membros das equipes de Supervisão Ambiental. Essa operacionalização será gradativa, na medida da abertura de novas frentes de obra. As vistorias incluirão todas as frentes de obra e atenderão à periodicidade mínima a ser estabelecida.

***f) Gestão de resíduos das obras***

Gerenciamento dos resíduos com vistas à sustentabilidade, à qualidade ambiental das obras e ao atendimento da legislação. O controle de resíduos sólidos terá por objetivo diminuir os riscos de contaminação do solo e dos corpos d’água pelo manuseio, tratamento e disposição inadequados dos resíduos gerados durante a etapa de implantação do empreendimento. Também tem o objetivo de orientar quanto à classificação, ao armazenamento e à destinação final dos resíduos gerados durantes as obras.

*Estratégia:*

Estabelecimento de procedimento específico, com relação a geração, recolhimento, separação e destinação final dos resíduos gerados. Todas as áreas geradoras (canteiro e frentes de obra) deverão ter coletores apropriados ao tipo de resíduo gerado e identificados. Deve ser realizada coleta segregada de resíduos, considerando inicialmente Resíduos Perigosos e Não-Perigosos, devendo seguir as exigências de acordo com a Resolução CONAMA N⁰ 307 de 5 de julho de 2002.

***g) Demolição***

As demolições provenientes das etapas de requalificação da orla noroeste, com: implantação de sistema de drenagem (escadas hidráulicas), implantação de muros de contenção, implantação de cortinas atirantadas, execução de solo grampeado, desobstrução de matacões com uso de explosivos, reforma e requalificação das unidades existentes e desmobilização do canteiro para implantação das obras do Programa.

*Estratégia:*

Planejamento das atividades que envolvam a demolição a frio /ou a quente ao longo das obra,será coordenada por profissional com habilitação comprovada, seguindo procedimentos e rotinas que garantam a qualidade operacional, gerando o mínimo de impactos que precisam ser mitigados, conforme as Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego.

***h) Recuperação de áreas degradadas***

Esta linha de ação é destinada à recuperação ambiental das áreas utilizadas pela instalação de canteiros de obra, exploração de áreas de empréstimo e deposição de bota-foras.

*Estratégia:*

A limpeza dos terrenos e a supressão de vegetação, de maneira genérica, incluem todos os serviços de liberação das áreas para o início efetivo das obras da Orla Noroeste. A supressão só ocorrerá nas áreas especificadas no requerimento de supressão de vegetação, e após a autorização. O Licenciamento ambiental e preparação prévia das áreas visando a futura recuperação da vegetação suprimida, bem como o material de destoca e da remoção do horizonte orgânico do solo (nos casos em que este for removido) será armazenada em bota-esperas de solo orgânico ou bota-foras da obra. Galhada, folhagens e outros resíduos sem valor comercial poderão ser picotados e armazenados nos bota-esperas para posterior utilização na recuperação de áreas impactadas ou utilizadas como bota-esperas, áreas de empréstimo ou bota-foras. A madeira com valor comercial poderá ser vendida ou utilizada na própria obra para implantação de dispositivos de controle de erosão.

***i) Saúde e Segurança do Trabalho***

As obras de construção civil envolvem, inerentemente, riscos aos trabalhadores envolvidos em função das peculiaridades dos trabalhos (movimentação de cargas, implantação e/ou demolição de edificações, manuseio de materiais perigosos, entre outros). Dessa forma, a implantação das estruturas propostas exige do empreendedor o estabelecimento de normas e procedimentos mínimos de atendimento à legislação de controle e segurança operacional, aplicáveis aos empregados das empresas construtoras.

*Estratégias:*

Treinamento constante dos empregados e estabelecimento de diretrizes de segurança do trabalho e saúde ocupacional, que serão exigidas contratualmente e adotadas durante as obras; implantação de uma sistemática de auto monitoramento, de maneira que todos os serviços executados sejam rotineiramente inspecionados e avaliados pelos técnicos de segurança; e manutenção das condições sanitárias favoráveis aos empregados; e capacitação ambiental da mão-de-obra contratada com implantação de medidas de controle de Gestão em Saúde e Segurança do Trabalho e Saúde Ocupacional garantindo a conformidade das construtoras e prestadoras de serviço com a legislação sobre a matéria. Para tanto, as mesmas deverão elaborar e implantar os seus Programas de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA) e Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA), conforme consta, respectivamente, nas NR’s 5, 7 e 9. Visando à manutenção de condições adequadas à saúde e segurança de todos os trabalhadores diretamente envolvidos.

***j) Controle de erosão e assoreamento***

As medidas para controle de erosão deverão abranger todos os aspectos relacionados a procedimentos construtivos para a prevenção e controle de processos erosivos nas frentes de obra, áreas de apoio e acessos.

***Estratégias:***

As medidas preventivas serão concretizadas durante a implantação na forma de implantação de dispositivos de drenagem provisória para disciplinamento do escoamento das águas pluviais sobre áreas em solo exposto, incluindo bacias de retenção de sedimentos, diques provisórios, camalhões, cercas-silte, entre outros que vierem a ser necessários para prevenir o início de processos erosivos.

*L) Gerenciamento de Passivos Ambientais*

Aplica-se particularmente na área de implantação do Centro de Cooperação da Cidade, onde há evidência de um passivo ambiental (área contaminada por vazamento de combustível em tanque enterrado) dificultando a execução de escavação e movimentação de terra em áreas contaminadas, atividades que podem causar impactos ambientais na medida em que possibilitam o contato de contaminantes presentes no solo e/ou na água subterrânea com receptores humanos ou ecológicos.

***Estratégias:***

A área do CCC deverá passar por sondagens , *Investigação Detalhada* (caso necessário) e Avaliação de Risco (caso necessário), com vistas a definir qual a influência, nas obras, da contaminação que venha a ser detectada nessas áreas, e quais as medidas de intervenção necessárias para a continuidade do seu gerenciamento, em conformidade com a Instrução Normativa IEMA Nº 02/2007, que estabelece critérios técnicos referentes a execução de trabalhos de investigação ambiental para a detecção de contaminação de solo e água por hidrocarbonetos e procedimentos para sua remediação em áreas ocupadas por postos revendedores varejistas de combustíveis derivados de petróleo no Estado do ES.

***m) Divulgação da Evolução de Frentes de Obra e Interferências com a População***

Durante a fase de construção, a gestão das relações com as comunidades mais próximas às frentes de obra será de responsabilidade da PMV, com ações realizadas pela sua equipe de Comunicação Social, com informações disponibilizadas pelas empresas Construtoras, e outras ações realizadas por estas últimas.

***Estratégias:***

Serão divulgados aspectos técnicos e programáticos sobre a implantação da obra, informações sobre as medidas de controle de impactos e outros aspectos exigíveis das empresas Construtoras, além do esclarecimento de dúvidas das comunidades diretamente afetadas pelas frentes de obra.Em todas as frentes de obra, as construtoras deverão contar com um responsável pelo fornecimento de informações à população e deverão manter um livro de registro das mesmas. Dependendo das orientações fornecidas pelo empreendedor, algumas consultas poderão ser respondidas diretamente e outras deverão ser encaminhadas ao mesmo para análise e resposta, de acordo com o procedimento estabelecido no Gerenciamento de reclamações.

***n) Apoio a atividades produtivas da orla noroeste***

Os estabelecimentos que funcionam atualmente terão acesso limitado durante as obras de Requalificação da orla Noroeste de Vitoria. Esse programa pretende, também, apoiar as comunidades do entorno da Orla Noroeste no desenvolvimento de atividades empresariais potencializadas, a partir da implantação das obras, resultante da geração de emprego para a população local em função do acréscimo da renda com a implantação das obras.

***Estratégias:***

Maximizar a participação da população local no desenvolvimento econômico propondo medidas mitigadoras dos impactos das obras, e qualificar os empreendedores para geração de emprego para a população local diante do novo cenário estabelecido após a conclusão das obras.

**III.4. Marco Lógico do SGA**

A identificação feita no RAAS dos impactos potenciais atribuíveis às intervenções do Programa de Requalificação Urbana e Segurança Cidadã de Vitória permite planejar as estratégias para sua mitigação. Este planejamento é feito através da concepção de medidas de prevenção, mitigação e/ou compensação desses impactos ambientais potenciais, reunidas em Programas Ambientais, de maneira a permitir a sua execução e gestão ao longo das etapas de construção e operação dos projetos. Para cada linha de ação anteriormente apresentada será desenvolvido um Programa Ambiental com procedimento específico de controle de obra, gestão ambiental, saúde e segurança, todos integrantes no SGA, as linhas de ações também possibilitam a formatação do Marco Lógico do SGA, com o intuito de apresentar o planejamento e os procedimentos operacionais para implantação das medidas mitigadores das ações antrópicas. Este conjunto de programas, e as suas respectivas medidas, que garantem que todos os impactos identificados no Relatório de Avaliação Ambiental e Social referentes as áreas diretamente ou indiretamente afetadas pelo empreendimento, estão apresentados no Quadro No 2 abaixo.

**Quadro No2**: Marco Lógico do SGA

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **RESUMO DOS PROGRAMAS DE GERENCIAMENTO AMBIENTAL E SOCIAL** | | | | | |
| **PLANEJAMENTO DAS AÇÕES** | **Delineamento** | **Objetivos** | **Atividades** | **Metas** | **Indicadores** |
| **Planejamento e Gerenciamento Ambiental da Obra**. | Tem como objetivo o desenvolvimento de ações coordenadas necessárias ao adequado planejamento ambiental das obras, o que inclui a liberação das frentes de obra, a gestão das atividades visando a obtenção de licenças complementares. | * Planejamento das Atividades e Licenciamento Complementar * Incorporação das Instruções de Controle Ambiental aos Documentos Contratuais de Obra * Gerenciamento e Coordenação Geral dos Programas Ambientais da Etapa de Construção * Programação conjunta das atividades de obra * Planejamento de Desvios Provisórios Durante Execução da Obra * Adequações e otimização ambiental dos Projetos Executivos * Responsabilidade Institucional | * Parte integrante da estratégia de planejamento geral das obras * Atendimento das condicionantes da LI; * Tendência decrescente no número de não conformidades apontadas nas inspeções ambientais periódicas; | * Organização na obra; * Número de acidente de trabalho com gravidade; * Nenhum dano ambiental de gravidade; * Quantidade de não conformidades apontadas; e * Número de empregados capacitados. |

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **IMPLANTAÇÃO DAS AÇÕES** | **Delineamento** | **Objetivos** | **Atividades** | **Metas** | **Indicadores** | |
| **Programa de Controle Ambiental de Obras** | O Programa de Controle Ambiental de Obras tem por objetivo fornecer os elementos técnicos para a execução dos serviços com o menor impacto ambiental possível e dar força contratual a todas as exigências relativas à mitigação do impacto ambiental e/ou à sua remediação nos casos de impactos que ocorram apesar da mitigação | * Sinalização de Obra * Controle da suspensão de poeira * Gerenciamento de resíduos sólidos * Controle da supressão de vegetação e limpeza do terreno * Controle de erosão e assoreamento * Controle de serviços de movimentação de terra em encostas de alta declividade * Controle ambiental da operação de veículos e equipamentos * Controle de ruído * Controle ambiental dos canteiros de obras * Monitoramento da qualidade da água * Monitoramento de ruído * Achados Arqueológicos * Responsabilidade Institucional. | * Atendimento de todas a condicionantes da LP e LI; * Tendência decrescente de apontamentos de não conformidades nas inspeções ambientais periódicas; * Capacitação de todos os empregados da obra em saúde e segurança no trabalho, educação ambiental, limpeza e qualidade ambiental; * Devolver o local utilizado para o canteiro de obras em condições idênticas ou melhores que a original. | * Organização e método de intervenção adequados; * Número de acidente de trabalho com gravidade. * Nenhum dano ambiental de gravidade. * Tendência decrescente de apontamentos de não conformidades; e * Número de empregados capacitados. | |
| **Programa de Gestão em Saúde e Segurança do Trabalho** | As medidas de controle de Gestão em Saúde e Segurança do Trabalho e Saúde Ocupacional têm por objetivo principal garantir a conformidade das construtoras e prestadoras de serviço com a legislação sobre a matéria. Para tanto, as mesmas deverão elaborar e implantar os seus Programas de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), Programa de Prevenção de Riscos  Ambientais (PPRA) e Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA), conforme consta, respectivamente, nas NR’s 5, 7 e 9. | * Gestão de Segurança do Trabalho e Saúde Ocupacional * Treinamento em Saúde Ocupacional e Segurança do Trabalho * Elaboração do Código de Conduta para os Trabalhadores * Especificação das Responsabilidades no Atendimento a Emergências * Responsabilidade Institucional | * Capacitação dos profissionais em saúde e segurança do trabalho; * Nenhum acidente durante as obras. | * Nenhum acidente durante as obras. |
| **Programa de Supervisão Ambiental da Construção** | O Programa de Supervisão Ambiental da Construção inclui um conjunto de medidas a serem coordenadas pela PMV, diretamente (UGP) e com apoio de prestadores de serviço. Seu objetivo é a verificação do pleno atendimento de todos os procedimentos de controle ambiental de responsabilidade das construtoras, medidas previstas no Programa de Controle Ambiental de Obras  (P.02). | * Documentação ambiental da situação inicial. * Documentação ambiental contínua do processo de construção. * Operacionalização sequencial da supervisão e monitoramento ambiental das obras. * Operacionalização do Sistema de Manejo de Não-Conformidades. * Desativação gradativa de Pontos de Controle. * Responsabilidade Institucional. | * O foco principal do Programa é a verificação do pleno atendimento de todos os procedimentos de controle ambiental. | * Organização e método de intervenção adequados; * Nenhum dano ambiental de gravidade. * Quantidade de não conformidades; * Número de empregados capacitados; * Qualidade ambiental do empreendimento e entorno após a conclusão das obras; e * Satisfação da comunidade do entorno. |
| **Programa de Remediação do Terreno do Centro de Cooperação da Cidade** | O presente programa aborda as diretrizes para o gerenciamento dos passivos ambientais eventualmente existentes nas áreas afetadas pelas obras. Aplica-se particularmente na área de implantação do Centro de Cooperação da Cidade, onde há evidência de um passivo ambiental (área contaminada por vazamento de combustível em tanque enterrado). | * A área deverá passar por *Investigação Confirmatória*, *Investigação Detalhada* (caso necessário) e Avaliação de Risco (caso necessário). * Responsabilidade Institucional | * Medidas de intervenção necessárias para a continuidade do seu gerenciamento, em conformidade com a Instrução Normativa IEMA Nº 02/2007. | * Detecção de contaminação de solo e água por hidrocarbonetos e procedimentos para sua remediação em áreas ocupadas por postos revendedores varejistas de combustíveis derivados de petróleo no Estado do ES. |

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **MPLANTAÇÃO DAS AÇÕES SOCIAIS** | **Delineamento** | **Objetivos** | **Atividades** | **Metas** | **Indicadores** |
| **Programa de Comunicação Social** | Ao propor a implantação de instrumentos de comunicação social que atinjam a população do município de Vitória, principalmente os moradores dos bairros adjacentes, o Programa de  Comunicação Social, per si, possui a pretensão de manter a população informada a respeito das obras de implantação que do Programa de Requalificação Urbana e Segurança Cidadã de Vitória, em seu Componente I - Desenvolvimento Urbano e Gestão Sustentável da Cidade que objetiva a  Requalificação Urbana da Orla Noroeste e a Redução da Vulnerabilidade a Riscos Naturais e  Componente II - Segurança Cidadã, que é integrado por dois subcomponentes, Prevenção Social da Violência e Aparelhamento/Capacitação da Guarda Municipal Cidadã. O Programa de  Comunicação Social também tem o objetivo de sensibilizar os colaboradores e os moradores das comunidades do entorno sobre as questões ambientais. | * Implantação de unidade de atendimento local para retirada de dúvidas e divulgação do projeto executivo da Orla Noroeste * Divulgação de informações Antes do Início das Obras * Divulgação da Evolução de Frentes de Obra e Interferências com a População * Divulgação de informações e sinalização das alterações no sistema viário e de transportes * Divulgação das Atividades no Final da Obra * Responsabilidade Institucional. | O Programa de Comunicação Social para a construção da Orla Noroeste de Vitória deve ter início na fase de planejamento do empreendimento e terá continuidade durante toda a fase de construção. | Permitir a interação entre todos os atores sociais envolvidos nessas fases do empreendimento, de maneira a reduzir impactos e conflitos potenciais identificados na avaliação socioambiental do empreendimento. |
| **Subprograma de Atendimento a Consultas e Reclamações** | O Atendimento a Consultas e Reclamações estabelece um conjunto de diretrizes que visam organizar o processo de estruturação de informações, definir os meios de divulgação segundo tipo de conteúdo e grupos alvo, definir meios de ouvidoria e estabelecer a sistemática de recebimento e encaminhamento de respostas. | * Identificação, Mapeamento e Analise das partes interessadas * Consulta e participação das partes interessadas * Escritório de Gestão Social * Gerenciamento de reclamações * Gestão contínua das partes interessadas * Responsabilidade Institucional. | * Transparência, * Abrangência, * Clareza e compatibilidade da linguagem e dos meios de divulgação, * Objetividade das informações transmitidas, * Objetividade das informações transmitidas. | Divulgar com total transparência junto aos públicos internos e externos, as informações socioambientais, de saúde e segurança, relativas às obras do Programa de Requalificação Urbana e Segurança Cidadã de Vitória e seus projetos/obras, assim como atender a consultas e/ou reclamações recebidas de partes interessadas. |
| **Programa de Educação Ambiental e Sanitária** | O desenvolvimento do Programa de Educação Ambiental durante as obras da Orla Noroeste de Vitória se insere no contexto das medidas mitigadoras do processo de licenciamento ambiental previstas na legislação ambiental brasileira.  O principal objetivo do Programa de Educação Ambiental e Sanitária é promover processos de  Educação Ambiental e Educação Sanitária para a aquisição de valores, saberes, conhecimentos, atitudes e hábitos, que contribuam para a participação cidadã na construção de uma Vitória  Sustentável, assim como tornar mais saudáveis as condições que envolvem o bem-estar físico, mental, psicológico e emocional, a saúde, a educação e outros fatores que afetam a vida da população. | * Realização de Diagnóstico Rápido Participativo * Adequação dos resultados do DRP ao projeto a ser elaborado * Elaboração dos Projetos de Educação Ambiental e Sanitária * Produção dos Materiais Pedagógicos e de Apoio * Realização de oficinas de aprendizagem e treinamento - curso de educação ambiental * Responsabilidade Institucional. | * Programa de Educação Ambiental durante as obras da Orla Noroeste de Vitória se insere no contexto das medidas mitigadoras do processo de licenciamento ambiental. | Incorporar a educação no processo da gestão ambiental do projeto, tendo por base a promoção de reflexões a respeito do empreendimento e de sua inserção local e regional. |
| **RECUPERAÇÃO E PROTEÇÃO** | **Delineamento** | **Objetivos** | **Atividades** | **Metas** | **Indicadores** |
| **Programa de Proteção e Recuperação da Vegetação de Mangue nas Áreas Afetadas** | O objetivo é estruturar ações que visam a recuperação e proteção dos importantes remanescentes de mangues situados na região das obras da Orla Noroeste. Se configura também como uma ação compensatória ao impacto de redução da cobertura vegetal, decorrente da supressão de vegetação na borda da área de mangue | * Elaboração dos Planos de Manejo de Unidades de Conservação * Plano de Recuperação de Áreas Degradada (PRAD) * Recuperação de Áreas Impactadas pelas Obras * Educação Ambiental e Vigilância * Responsabilidade Institucional |  | * Proteção e Recuperação da Vegetação de Mangue nas Áreas Afetadas e elaboração de planos de manejo da Estação Ecológica Municipal (EEM) da Ilha do Lameirão e do Parque Municipal Dom Luiz Gonzaga, bem como ao Plano de Recuperação de Áreas Degradada (PRAD) Manguezal Estação Ecológica Municipal da Ilha do Lameirão. |
| **Programa de Apoio a Atividades Produtivas da Orla Noroeste** | Este programa tem por objetivo levantar a situação atual dos empreendimentos estabelecidos na área de influência direta das obras da Orla Noroeste, propor medidas mitigadoras dos impactos das obras, e qualificar os empreendedores para o novo cenário estabelecido após a conclusão das obras, pretende, também, apoiar as comunidades do entorno da Orla Noroeste. | * Implantação de Centro de Apoio ao Empreendedor * Levantamento da situação atual dos empreendimentos estabelecidos na área de influência direta das obras da Orla Noroeste * Definição do impacto das obras em cada estabelecimento em função de: * Análise e proposição de um cronograma de implantação junto ao gerenciamento da obra, * Qualificação dos empreendedores para o novo cenário estabelecido após a conclusão das obras; * Identificação de Oportunidades/Projetos; * Capacitação e requalificação; * Apoio técnico ao processo de implantação de projetos / empresas * Responsabilidade Institucional. | * Catalisar os efeitos multiplicadores do projeto e, maximizar a participação da população local no desenvolvimento econômico indireto a ser proporcionado. | * Desenvolvimento de atividades empresariais potencializadas a partir da implantação das obras, em função do acréscimo da renda disponível da população resultante da geração de emprego para a população loca |

**III.5. Cumprimento das Exigências Legais e Institucionais**

***a) A Legislação Ambiental***

O atendimento às exigências da legislação ambiental, com foco na manutenção do equilíbrio ecológico e considerando o meio ambiente como um patrimônio público a ser necessariamente assegurado e protegido, tendo em vista o uso coletivo e a melhoria da qualidade de vida é apresentado como diretrizes do Código Municipal de Meio Ambiente de Vitória.

Com base no Código Municipal, no que se refere às questões legais e sociais, as obras do Programa de Desenvolvimento Urbano Integrado e Sustentável de Vitoria deverão atender à legislação ambiental nos três níveis de governo, federal, estadual e municipal, além das políticas socioambientais do BID.

Especial atenção também deve ser dada aos instrumentos voltados à urbanização, à qualidade ambiental, ao controle das obras e à saúde e segurança do trabalhador, à manutenção das áreas verdes e da arborização urbana.

No Brasil, a proteção ambiental é uma obrigação constitucional. O artigo No 225 da Constituição Federal de 1988 assegura o direito de todos os cidadãos a um ambiente ecologicamente equilibrado, fixa a responsabilidade do Poder Público e da coletividade de assegurar esse direito e lista os instrumentos a serem utilizados para garanti-lo. Para grandes projetos, a obrigatoriedade da elaboração do EIA/RIMA – Estudos de Impactos Ambientais e Relatórios de Impactos Ambientais, encontra-se no parágrafo 1o, inciso IV: “exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade”.

Antes da Constituição de 1988, porém, a Lei Federal No 6.938 de 31/08/81, que instituiu a Política Nacional de Meio Ambiente, já criava a estrutura legal e institucional para a sua implementação, definindo as responsabilidades das diversas instituições encarregadas de sua aplicação. Esta Lei estabelece, no Artigo 4o, inciso I, que se visará à compatibilidade do desenvolvimento econômico-social com a preservação da qualidade do meio ambiente e do equilíbrio ecológico.

A Política Nacional do Meio Ambiente é coordenada, a nível federal, pelo Ministério do Meio Ambiente. À sua subordinação está o CONAMA, de caráter consultivo e deliberativo, que é responsável pela fixação das normas e padrões ambientais. Além de fixar os padrões ambientais e os limites de emissão de poluentes, estabelece os requisitos gerais para o licenciamento ambiental. Os órgãos de controle ambiental estaduais, e alguns municipais, são os encarregados da efetiva aplicação destas normas, podendo, para isto, estabelecer normas específicas para o licenciamento ambiental, bem como fixar padrões ambientais mais restritos em suas áreas de jurisdição. Portanto, no Brasil o sistema de licenciamento ambiental se aplica a todas as atividades econômicas com potenciais consequências ambientais. O sistema se define como o processo de acompanhamento sistemático destas consequências e se desenvolve desde as etapas iniciais do planejamento da atividade até o final de sua realização, por meio da emissão de três licenças ambientais[[1]](#footnote-1).

A competência para o licenciamento ambiental é dos órgãos estaduais de meio ambiente, que também podem estabelecer normas específicas de licenciamento. O órgão estadual pode, ainda, delegar o licenciamento de atividades com impactos locais, localizados e de menor importância aos órgãos municipais, por meio de convênio ou outro instrumento legal específico, desde que exista no munícipio uma estrutura administrativa adequada, com profissionais competentes, que atue dentro do marco legal ambiental municipal e, também, conte com um Conselho Municipal de Meio Ambiente.

A legislação do Estado do Espírito Santo, sobre licenciamento, aplica-se apenas de forma limitada aos empreendimentos ou projetos que integram o Programa, uma vez que a competência de licenciamento das intervenções, todas situadas no município de Vitória, com impactos restritos ao município, é, a priori, da Secretaria Municipal de Meio Ambiente (Semmam). Assim, a legislação municipal sobre o tema deve pautar a obtenção de autorizações e licenças, o que não elimina a necessidade obtenção de autorizações específicas por parte dos órgãos estaduais e mesmo federais, além de eventuais pareceres e manifestações.

No âmbito municipal, os seguintes diplomas legais pautam a polícia ambiental de Vitória e o licenciamento ambiental:

* Lei Municipal n° 4.438/1997 institui código que regula a ação do poder público e sua relação com os cidadãos e instituições na preservação, conservação, defesa, melhoria, recuperação e controle do meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida.
* Lei Municipal n° 5.131/2000, que regulamenta o Licenciamento Ambiental, a Avaliação de Impactos Ambientais e o Cadastro Ambiental.
* Decreto Municipal n° 11.068/201, que estabelece os procedimentos do licenciamento ambiental no município de Vitória.

De acordo com o artigo 11 da Lei Municipal n° 5.131/2000, o licenciamento ambiental municipal é composto por cinco licenças, a saber:

* Licença Municipal Prévia (LMP): é requisitada no caso de obras que provoquem grande intervenção no território da capital. Normalmente, exige estudos técnicos aprofundados, como Estudos de Impacto Ambiental (EIA) e respectivo Relatório de Impacto Ambiental (RIMA);
* Licença Municipal de Instalação (LMI): permite a realização de obras de cunho comercial, industrial ou residencial. É a licença que autoriza a realização das obras.
* Licença Municipal de Operação (LMO): autoriza o funcionamento da atividade econômica, e, geralmente, para sua emissão, são solicitados estudos e projetos ambientais.
* Licença Municipal de Ampliação (LMA): é requisitada quando a atividade em desenvolvimento na capital passa por uma ampliação de área ou de capacidade produtiva.
* Licença Ambiental Única/Simplificada (LAU): autoriza o funcionamento de atividades com baixo potencial poluidor que estejam estruturadas em área de até 300 m².

Para a efetivação do Licenciamento e da Avaliação de Impacto Ambiental, o artigo 6º da Lei n° 5.131/2000 define a utilização dos seguintes instrumentos da Política Municipal de Meio Ambiente:

* I – a Certidão Negativa de Débito junto a Dívida Ativa do Município;
* II – os Estudos Ambientais - EA;
* III – a Declaração de Impacto Ambiental – DIA;
* IV - o Estudo Prévio de Impacto Ambiental e respectivo Relatório de Impacto Ambiental – EPIA/RIMA;
* V - as Licenças Prévia, de Instalação, Operação e Ampliação;
* VI – as Auditorias Ambientais;
* VII – o Cadastro Ambiental e,
* VIII – as Resoluções do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente – COMDEMA

Dadas as características dos projetos que integram o Programa merece referência a Declaração de Impacto Ambiental. Conforme artigo 33, a Declaração de Impacto Ambiental – DIA, é um estudo ambiental obrigatório a todos os casos de licenciamento para obras, empreendimentos ou atividades que possam causar degradação ambiental, não abrangidas pela exigência do EPIA/RIMA, mas que sejam de relevante interesse público, exigível a critério técnico a ser estabelecido pela SEMMAM e aprovado pelo COMDEMA.

Para as atividades poluidoras ou degradadoras será obrigatória a apresentação da DIA em fase preliminar ao licenciamento ambiental, desenvolvida de acordo com Termo de Referência aprovado pela SEMMAM. Os empreendimentos sujeitos à apresentação da DIA são listados no Anexo II.

Para o licenciamento ambiental de atividades e empreendimentos constantes do Anexo III, considerados efetivos ou potencialmente causadores de significativa degradação do meio ambiente local, a SEMMAM determinará a realização do EPIA/RIMA, ao qual dar-se-á publicidade, garantida a realização de Audiências Públicas, quando couber, nos termos desta Lei.

O RAAS elaborado, deverá ser o instrumento básico para o licenciamento ambiental das obras do Programa que, em decorrência das suas características estruturais, arquitetônicas e locacionais não deverá ser exigido, pelos órgãos ambientais, a elaboração de Estudos de Impacto Ambientais (EIAs) e Relatórios de Impacto Ambiental (RIMAs) específicos.

Além do anteriormente exposto, as obras do Programa deverão, ainda, atender à seguinte legislação específica:

* Lei Nº 9.433/1997, “Lei das Águas”, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos e cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH);
* Os recursos minerais e o subsolo e as cavidades naturais subterrâneas e os sítios arqueológicos e pré-históricos são bens da União (art. 20º, IX e X, Constituição Federal de 1988);
* Lei No 12.651/2012, que institui o Código Florestal Brasileiro;
* Lei No 9.985/2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC);
* Lei No 12.305/2010, que institui a Política Nacional dos Resíduos Sólidos;
* Lei No 11.445/2007, que define o Marco Regulatório para o setor de saneamento básico;
* Lei N⁰ 7.176/89, alterada pela Lei Federal No 9.459/97, que determinam as punições por crimes resultantes de discriminação de indivíduos por preconceito contra raça, etnia, religião ou nacionalidade;
* Lei Nº 6.514/77, que altera o Capítulo V do Título II da Consolidação das Leis do Trabalho, relativo à Segurança e Medicina do Trabalho;
* Resolução CONAMA No 001/86, que define os critérios básicos e as diretrizes para o EIA/RIMA e o licenciamento de atividades com significativos impactos ambientais;
* Resolução CONAMA No 237/97, que estabelece os níveis de competência federal, estadual e municipal para todo o território nacional, de acordo com o impacto ambiental, além das competências para o licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades potencialmente poluidoras ou capazes de causar significativo impacto ambiental;
* Resolução CONAMA Nº 307/2002, que estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil;
* Portaria ANP Nº 125/99, que regulamenta a atividade de recolhimento, coleta e destinação final do óleo lubrificante usado ou contaminado;
* Resolução ANVS/RDC Nº 306/04, que dispõe sobre o Regulamento Técnico para o gerenciamento de resíduos de serviços de saúde;
* Resolução CONAMA Nº 358/05, que dispõe sobre o tratamento e a disposição final dos resíduos dos serviços de saúde e dá outras providências;
* Resolução CONAMA Nº 362/05, que estabelece novas diretrizes para o recolhimento e destinação de óleo lubrificante usado ou contaminado;
* Norma ABNT NBR 12.809:1993, que estabelece os procedimentos para manuseio e acondicionamento de resíduos de serviços de saúde;
* Norma ABNT NBR 10.004:2004, que classifica os resíduos sólidos quanto à sua periculosidade, considerando seus riscos potenciais ao meio ambiente e à saúde pública;
* A NBR Nº 10.004:2004 classifica os resíduos sólidos quanto aos seus riscos potenciais ao meio ambiente e à saúde pública, para que esses resíduos possam ter manuseio e destinação adequados. A norma estabelece três classes para enquadramento dos resíduos: Classe I (resíduos perigosos), Classe II-A (resíduos, não perigosos, não inertes) e Classe ii – B (resíduos inertes);
* Resolução CONAMA Nº 003/1990, que define os padrões de qualidade do ar;
* Resolução CONAMA Nº 01/90, que dispõe sobre a emissão de ruídos, em decorrência de quaisquer atividades industriais, comerciais, sociais ou recreativas, determinando padrões, critérios e diretrizes;
* Resolução CONAMA N° 02/90, que institui em caráter nacional o programa Nacional de Educação e Controle da Poluição Sonora - "SILÊNCIO";
* Resolução CONAMA Nº 420/2009, que define os critérios e valores orientadores de qualidade do solo quanto à presença de substâncias químicas e as diretrizes para o gerenciamento ambiental de áreas contaminadas por essas substâncias;
* Resolução CONAMA Nº 357/2005, que define os padrões de qualidade da água frente ao lançamento de efluentes e a classificação dos corpos d’água superficiais;
* Resolução CONAMA Nº 396/08, que dispõe sobre a classificação e diretrizes ambientais para o enquadramento das águas subterrâneas e dá outras providências;
* Resolução CONAMA N° 397/08;
* Lei N° 4438 de 06/06/1997, que institui o Código Municipal de Meio Ambiente;
* Lei N° 5131 de 28/05/1997, que regulamenta o Licenciamento Ambiental, a Avaliação de Impactos Ambientais e o Cadastro Ambiental do município de Vitória;
* Lei Complementar nº 07, de agosto de 1995, que institui o Código de Posturas do Município;
* Decreto Nº 4.333/ 2005, que regulamenta o Processo Administrativo Ambiental;
* Decreto N° 4.793/2003, sobre a Poluição Sonora;
* Lei Nº 12.101/ 2011, que institui o Sistema Municipal de Áreas Protegidas – SMAP;
* Lei Nº 11.176/2007, sobre os Resíduos da Construção Civil;
* Lei Nº 1.705/2012, sobre o controle de destino de óleos lubrificantes;
* Lei 8.465/1997, que a adota medidas de incentivo à revitalização do Centro Histórico do Município de João Pessoa, como isenção ou desconto no IPTU;
* Decreto No 5.296/2004, que dispões sobre a acessibilidade de pessoas portadoras de deficiência ou mobilidade reduzida;
* Lei N 1o 12.352/2012, que dispões sobre os serviços de bombeiros civis e fixa exigências de segurança para estabelecimentos ou eventos de grande concentração pública;
* NBR N° 9.050/2004, referente à acessibilidade à edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos;
* NBR N° 7.678/1983, procedimentos de segurança na de obras e serviços de construção;
* NR-MTE No 04, que dispõe sobre os serviços especializados em engenharia de segurança e em medicina do trabalho;
* NR-MTE N° 06, que dispõe sobre o uso de Equipamento de Proteção Individual (EPI);
* NR-MTE N° 07, que dispõe sobre Programas de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCNSO);
* NR-MTE N° 09, que dispõe sobre Programas de Prevenção de Riscos Ambientais;
* NR-MTE N° 13, que dispõe sobre Caldeiras, Vasos de Pressão e Tubulações;
* NR-MTE N° 18, que dispõe sobre as Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção; e

***b) Políticas e Diretrizes do BID***

*Política de Meio Ambiente e Cumprimento de Salvaguardas (OP-703)*

De acordo com a Diretriz B3 da OP-703do BID o Programa de Requalificação Urbana da Orla Noroeste de Vitória é classificado na Categoria “B”, isto é, operação que tenha potencial de causar impactos ambientais e sociais negativos, ou implicações que afetem os recursos naturais.

Os impactos do Programas foram identificados e sua mitigação é conhecida se forem aplicadas as metodologias de controle ambiental das obras, gestão e monitoramento socioambiental. Os decorrentes da implantação do Programa são apresentados detalhadamente no Quadro de Impactos do Programa, integrante do Manual do SGA.

Sendo Programa classificado na Categoria B de acordo com a Diretriz B.6, da OP-OP-703 são necessárias pelo menos duas consultas com as comunidades direta e indiretamente afetadas. Um resumo do cumprimento das diretrizes e salvaguardas da OP-703 é apresentado no Quadro N⁰ 3.

*Política de Riscos e Desastres Naturais (OP-704)*

São identificados como desastres naturais pela OP-704 os terremotos, maremotos, furacões, erupções vulcânicas, inundações, secas, epidemias, incêndios florestais e erosão e deslizamentos, bem como uma combinação entre eles, além dos acidentes que afetam negativamente a produção econômica e o meio ambiente, como explosões, derramamento de produtos químicos etc.

O Brasil não é um país com desastres de grande magnitude, uma vez que as atividades tectônicas e vulcânicas são limitadas ou nulas. Os desastres naturais estão restritos aos deslizamentos de terra, às inundações decorrentes das chuvas torrenciais, aos vendavais e à seca, sobretudo no Nordeste, com consequências significativas para a população e as estruturas localizadas nas zonas de risco. Tais zonas de risco normalmente coincidem com os bolsões de pobreza, uma vez que a população urbana marginalizada se concentra nas áreas remanescentes disponíveis. O controle das inundações é um dos objetivos do Programa e será possível graças à implantação dos programas de micro drenagem.

*Política Operacional sobre Igualdade de Gênero no Desenvolvimento (OP-761)*

Primeiramente, há que se considerar que o Programa apresenta um incontestável benefício às mulheres, pelo cumprimento do seu próprio objetivo de melhoria da urbanização e qualidade de vida.

Como enfoque de gênero, há que se considerar que o Programa identificará oportunidades proativas para promover a igualdade de gênero nos seus três Componentes. Assim, o desenho das atividades do Programa assegura a redução das diferenças no acesso da população beneficiada, sobretudo em relação às unidades habitacionais.

*Política sobre a Disponibilidade de Informação (OP-102)*

*A Política sobre a Disponibilidade de Informações deverá ser atendida de acordo com o que estabelece os seus princípios: i) se não existem razões imperiosas para guardar a confidencialidade, as informações do Banco deverão estar à disposição do público, bem como suas atividades; ii) acessibilidade à informação pública da instituição; iii) disponibilidade da informação ao público no tempo e na forma apropriados para melhorar a transparência e, ainda, a qualidade das atividades do Banco; iv) determinação final, pelo Banco, sobre a informação que poderá ser colocada a disposição do público; v) considerar que as decisões definitivas atinentes ao Banco, suas políticas operativas e seus projetos e programas, correspondem ao Banco e à Prefeitura Municipal de VITORIA; e vi) a disponibilidade de informação para o público não deverá ser interpretada como uma renúncia expressa ou implícita aos privilégios e imunidades acordados com o Banco, em virtude de convênio constituído do Banco, ou das leis brasileiras e, em particular, aos que interessem à inviolabilidade dos arquivos da instituição.*

*Em atendimento à essa Política, todos os documentos do Programa estão disponibilizados no site* [*http://www.pmv.pb.gov.br*](http://www.pmv.pb.gov.br)*.*

**Quadro No 3: Cumprimento das diretrizes de salvaguardas da OP-703**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **DIRETRIZ DA OP-703** | **DESENCADEADA**  **COM O PROGRAMA** | **MEDIDAS/SALVAGUARDAS** |
| **B1**- A operação deve cumprir com as Políticas do Banco. | * Recomendação de Critérios de Elegibilidade Ambiental (CEA) que contemplam os procedimentos de controle ambiental de obras. | * A UGP deverá incorporar nos contratos de obras os procedimentos de controle ambiental de projetos e obras, que serão exigidos para a liberação dos recursos. * Os procedimentos de controle ambiental de projetos e obras deverão ser incluídos no memorial descritivo dos projetos do Programa. * Critérios de Elegibilidade Ambiental incluídos no Contrato de Empréstimo. |
| **B.2**- Cumprimento da legislação ambiental. | * Reuniões com representantes da UGP, SEMAM e SUDEMA sobre o atendimento da legislação. | * Além do cumprimento da legislação ambiental, com destaque às exigências estaduais e municipais para as obras civis em áreas urbanizadas, uma série de leis, decretos e normas técnicas de qualidade de obra e controle ambiental deverá ser exigida pelo BID e UGP. |
| **B.3**- Classificação da Operação de acordo com os impactos. | * Programa classificado na Categoria A | * Elaborados o Relatório de Avaliação Ambiental (RAA), Marco de Gestão Ambiental e Social (MGAS) e Sistema de Gestão Ambiental (SGA). |
| **B.4**- Outros fatores de risco. | * Análise dos riscos ambientais decorrentes das obras, da capacidade de gestão ambiental da UGP/PMM, dos riscos sociais e da vulnerabilidade a danos ambientais. | * Os impactos socioambientais potenciais significativos associados aos projetos do Programa são considerados de pequena magnitude, localizados e poderão ocorrer nas fases de construção e operação, podendo ser controlados e mitigados com procedimentos de qualidade e controle ambiental das obras e procedimentos de saúde e segurança do trabalhador da área de saúde. * No que se refere à gestão ambiental das obras, será assegurada a inserção de medidas e cuidados ambientais nos projetos básicos e executivos. Essas medidas, juntamente com seus custos, normas e especificações, deverão ser incluídas no orçamento dos projetos e, na sequência, nos editais de licitação das obras; * As medidas mitigadoras deverão subsidiar a definição dos Critérios de Elegibilidade Ambiental das obras; e * Será implementado do SGA com a participação de todos os envolvidos direta e indiretamente com o Programa. |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **DIRETRIZ DA OP-703** | **DESENCADEADA**  **COM O PROGRAMA** | **MEDIDAS/SALVAGUARDAS** |
| **B.5**- Requisitos da avaliação ambiental. | * Elaboração do RAA, MGAS, SGA, PCAO e CEA (anexo do ROP). | * Foram elaborados o RAA, que inclui o MGAS com os programas e procedimentos de controle ambiental das obras. Estes documentos serão incorporados aos Critérios de Elegibilidade Ambiental do Regulamento Operacional do Programa; * Será implementado o SGA; * As Empreiteiras das obras desenvolverão o PCAO. |
| **B.6**- Consultas com as partes afetadas. | * Sendo da Categoria A, tornam-se necessárias consultas com as comunidades direta e indiretamente afetadas. | * As obras do Programa estão em conformidade com as políticas públicas e com os planos e programas setoriais que as concretizam. Estes planos e programas são discutidos com a comunidade e são de conhecimento público; e * O RAA foi apresentadoemconsultas públicas, conforme apresentado no Quadro No 2. |
| **B.7**- Supervisão e cumprimento. | * Discussão sobre o sistema de gestão ambiental a ser adotado no Programa, incluindo cláusulas contratuais com exigências ambientais. | * Será implementado o SGA; * As exigências ambientais dos projetos serão tratadas com o mesmo rigor técnico e gerencial das exigências de engenharia. Assim, as atividades relativas ao controle ambiental deverão ser parte integrante da mesma planilha de custos e cronograma físico do projeto, além de motivo de apontamento no diário de obra, no caso de irregularidade, e objeto de medição e pagamento. |
| **B.10 -** Materiais perigosos | * Durante o desassoreamento da margem e a limpeza da APP da orla lagunar serão gerados materiais contaminados. | * Estabelecimento de procedimentos de coleta, transporte e disposição de material (solo) contaminado. |
| **B.17** – Aquisições | * Análise dos processos de aquisições de bens e serviços fiscalizados pela UGP. | * A aquisição de bens e serviços de maneira ambiental e socialmente sustentáveis, consistente com os princípios de economia e eficiência. * Inclusão de exigências específicas nos editais de licitação. |

**Obs.:** As demais Diretrizes de Salvaguarda da OP-703 não se aplicam.

**IV.IMPLEMENTAÇÃO DO SGA**

**IV.1. Execução do Programa**

A execução do Programa está a cargo da Unidade Executora do Programa (UGP), diretamente subordinada ao Gabinete do Prefeito do Município de Vitoria, conforme arranjo institucional apresentado na Figura No 1.

***a) UGP***

A UGP deverá ser composta por: i) uma Coordenação Geral; ii) uma Coordenação Executiva; ii) uma Coordenação de Desenvolvimento Urbano e Sustentabilidade Ambiental; iii) uma Coordenação Administrativa Financeira; iv) Coordenação do CCC ; v) Coordenação Aspectos Socioambientais; vii) Coordenação Segurança Cidadã; viii) e uma Coordenação de Obras

A UGP deverá, ainda, contar com três áreas de apoio subordinadas à Coordenação Executiva(UGP), quais sejam: i) Apoio ao Gerenciamento; ii) Comissão Especial de Licitações; e iii) Apoio Administrativo iv. Para a comunicação social do Programa, a UGP deverá contar com a Comunicação Social da PMV, que se reportará diretamente à Coordenação Geral.

Prevê-se, também, a contratação de consultorias para apoio a gerenciamento das ações do Programa e contratação de uma empresa para apoio à supervisão das obras, com o objetivo de prestar apoio técnico-operativo e disponibilizar profissionais especialistas nos temas afetos a cada um dos componentes e temas abrangidos.

Com relação à gestão socioambiental, além dos Coordenadores dos Aspectos Ambientais e dos Aspectos Sociais, deverão ser contratado pelo menos mais um especialista (um em meio ambiente e um em sócio economia) para estas Coordenadorias. Da mesma forma, a consultoria que dará apoio ao gerenciamento das ações do Programa e supervisão das obras também deverá contar como pelo menos um especialista em meio ambiente e um em sócio economia. Há que se considerar, ainda, que se a Secretaria do Meio Ambiente tiver um representante no SGA do Programa, a UGP poderá contar com pelo menos mais um especialista em meio ambiente para o apoio na gestão ambiental das obras do Programa.

A gestão ambiental e social está inserida no Sistema de Gestão do Programa, cabendo à UGP a responsabilidade de sua implementação e condução, por meio da Coordenação de Aspectos Ambientais. Esta Coordenação deverá ser responsável por verificar e assegurar que as atividades relacionadas à execução das obras do Programa sejam realizadas em conformidade com a legislação ambiental, as condicionantes das licenças ambientais e os requisitos contidos no Programa de Gestão Ambiental e Social (PGAS)[[2]](#footnote-2) e no Plano de Controle Ambiental de Obras (PCAO)[[3]](#footnote-3). Deverá, também, coordenar a implementação do SGA.

**Figura No 1- ARRANJO INSTITUCIONAL PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA**

|  |
| --- |
| **MUNICÍPIO DE VITÓRIA**  **SEGES**  **UGP**  **COMITÊ DE GESTÃO DO PROGRAMA (CGP)**  **CONSULTORES INDIVIDUAIS**  **CESAN**  **COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE VITÓRIA**  **ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA**  SECRETARIA DE GESTÃO, PLANEJAMENTO E COMUNICAÇÃO  SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO  SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DA CIDADE  SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE  SECRETARIA MUNICIPALDE SEGURANÇA URBANA  SECRETARIA MUNICIPAL DE CIDADANIA, DIREITOS HUMANOS E TRABALHO  CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO  PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO  SECRETARIA MUNICIPAL DE  FAZENDA  SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E HABITAÇÃO  TRABALHO  SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER  SECRETARIA MUNICIPAL  DE SAÚDE  SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA  **UNIDADES DE GESTÃO SETORIAIS - UGS**  **EQUIPES TÉCNICAS**  Concessionária  Órgão da Administração Indireta  Órgão da Administração Direta |

**FONTE – Prefeitura Municipal de Vitoria**

**Figura No2 - UNIDADE DE GERENCIAMENTO DO PROGRAMAREQUALIFICAÇÃO URBANA E SEGURANÇA CIDADÃ DE VITÓRIA (UGP)**

**APOIO ADMINISTRATIVO**

**APOIO AO GERENCIAMENTO**

**(CONSULTORES INDIVIDUAIS)**

**COORDENAÇÃO EXECUTIVA**

**COORDENAÇÃO GERAL**

**COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÕES**

**(CEL)**

**0**

**COORDENAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL**

**COORDENAÇÃO DE ASPECTOS SOCIOAMBIENTAIS**

**COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA FINANCEIRA**

**COORDENAÇÃO SEGURANÇA CIDADÃ**

**COORDENAÇÃO DE OBRAS**

**COORDENAÇÃO CENTRO DE COOPERAÇÃO DA CIDADE (CCC)**

**COMUNICAÇÃO SOCIAL DA PREFEITURA**

**FONTE – Prefeitura Municipal de Vitoria**

**Figura No3 - ARRANJO INSTITUCIONAL DA UNIDADE DO SISTEMA DE GESTÃO AMBIENTAL DO PROGRAMA DE REQUALIFICAÇÃO DA ORLA NOROESTE DE VITORIA**

**2. PCAO – PROGRAMA DE CONTROLE AMBIENTAL DE OBRAS**

**(Supervisão de Obra e Segurança do Trabalho)**

**CONSTRUTORA**

**COORDENAÇÃO DE ASPECTOS SOCIOAMBIENTAIS**

**5. PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**

**(Mecanismo de Consultas e Reclamações)**

**4. PROGRAMA DE PROTEÇÃO E RECUPERAÇÃO DA VEGETAÇÃO DE MANGUE**

**3. PROGRAMA REMEDIAÇÃO DO TERRENO DO CCC**

**SUPERVISORA**

**COORDENAÇÃO DE OBRAS**

**1. PROGRAMA PLANEJAMENTO E GERENCIAMENTO AMBIENTAL (PGAS)**

**SGA – SISTEMA DE GESTÃO AMBIENTAL**

**APOIO ADMINISTRATIVO**

**APOIO AO GERENCIAMENTO**

**(CONSULTORES INDIVIDUAIS)**

**COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÕES**

**(CEL)**

**0**

**COORDENAÇÃO EXECUTIVA DA UNIDADE DE GERENCIAMENTO DO PROGRAMA (UGP)**

**FONTE – Prefeitura Municipal de Vitoria**

***b) Funções Específicas dos Especialistas em Meio Ambiente da Coordenação dos Aspectos Ambientais***

No que se refere à implementação do SGA, o especialista em meio ambiente da UGP deverá:

* Assessorar as equipes da UGP na incorporação dos critérios socioambientais no planejamento e nos projetos do Programa;
* Coordenar o desenvolvimento dos procedimentos e formulários do SGA, necessários ao cumprimento da legislação, das condicionantes das licenças ambientais e das políticas do BID e consequente implantação das obras com qualidade e sustentabilidade ambiental;
* Monitorar o cumprimento da legislação ambiental e das políticas socioambientais do BID, informando a Coordenação Geral da UGP;
* Propor à Coordenação Executiva da UGP, normas e procedimentos socioambientais necessários à melhoria da qualidade ambiental dos empreendimentos;
* Avaliar o cumprimento dos procedimentos, dos formulários e das metas do SGA;
* Apontar os elementos técnicos ambientais para a tomada de decisões no âmbito da UGP;
* Propor os programas de capacitação ambiental necessários ao cumprimento dos procedimentos socioambientais do SGA;
* Fornecer informação e contribuir com o aprimoramento do Sistema de Gestão do Programa;
* elaborar relatórios periódicos que também serão encaminhados ao BID, contendo pelo menos os seguintes itens: i) as principais atividades desenvolvidas no período; ii) o detalhamento do andamento e da situação das ações socioambientais; iii) as justificativas, quando couber, das alterações ocorridas nos procedimentos socioambientais e cronogramas; iv) o cronograma executivo atualizado; v) os aspectos relevantes da implantação dos programas/procedimentos socioambientais; vi) as ocorrências apontadas como não-conformidades e registradas no diário de obras; e vii) as conclusões e recomendações. Esses relatórios poderão integrar os Relatórios Semestrais de andamento do Programa, habitualmente enviados para a análise do BID.
* Demais atividades ambientais próprias do seu âmbito.

**IV.2. Objetivos e Metas do SGA**

***a) Objetivos***

Os objetivos do SGA são:

* Assegurar que os projetos, as atividades, os processos e os serviços do Programa sejam conduzidos considerando as melhores práticas ambientais;
* Atendimento às exigências contratuais e legais;
* Mitigação dos impactos socioambientais e controle ambiental;
* Conservação ambiental; e
* Prevenção de acidentes e doenças operacionais.

***b) Metas***

Para o cumprimentos dos objetivos e metas (Quadro No 1) foram criados procedimentos baseados nos programas de mitigação de impactos e controle ambiental do PGAS (incluído no RAAS), na legislação ambiental, nas condicionantes das licenças ambientais e nas políticas socioambientais do BID, com definição das responsabilidades, dos meios e prazos necessários para alcançá-las. Estes procedimentos são apresentados no Manual do SGA.

No SGA também são considerados os documentos de gestão socioambiental e os estudos socioambientais realizados para o cumprimento da OP-703 do BID.

O acompanhamento dos programas também é uma ferramenta de monitoramento das atividades dos programas socioambientais de obras, visando a avaliação da sua eficácia em relação controle dos impactos ambientais.

**V. TREINAMENTO, CONSCIENTIZAÇÃO E COMPROMETIMENTO**

**V.1. Treinamento e Conscientização**

A UGP deverá assegurar que todos os seus funcionários e as demais pessoas que para ela trabalhem possuem competência, com base em treinamento e experiência, para o desenvolvimento de atividades com potencial de causar impactos ambientais significativos identificados no âmbito do Programa (Quadro de Impactos do Programa – Anexo do Manual do SGA). Estará a cargo da UGP a manutenção de um histórico de treinamentos, de experiências e conscientização ambiental dos seus funcionários, bem como da consultoria contratada para apoio ao gerenciamento das ações do Programa e supervisão das obras.

Assim, a UGP deverá identificar a necessidade de treinamento e, consequentemente, desenvolver processos de capacitação para os funcionários das instituições participantes do SGA, para que estes adquiram consciência sobre as políticas, os planos, as estratégias, os programas os projetos e as atividades que possam gerar impactos sobre o meio ambiente e a sociedade. Nesse sentido, devem estabelecer e manter em dia os procedimentos de conscientização dos funcionários no que se refere aos seguintes aspectos:

* A importância do cumprimento das políticas ambientais e dos procedimentos do SGA;
* Os impactos socioambientais significativos e potenciais de suas atividades e os benefícios de um melhor comportamento profissional para o meio ambiente;
* A contribuição de cada funcionário para alcançar os objetivos do Programa;
* Suas funções e responsabilidades no cumprimento da política e dos procedimentos ambientais, bem como os requisitos do SGA do Programa;
* Os impactos socioambientais significativos, reais e potenciais, das atividades do Programa; e
* As consequências potenciais do não cumprimento dos procedimentos do SGA.

Por outro lado, o pessoal responsável pela implementação do SGA, para prevenir que os projetos e as obras do Programa não causem impactos socioambientais negativos, devem ter competência profissional adequada, com base em uma educação, formação e experiência apropriadas. Caso contrário, deverá ser definida uma estratégia de formação progressiva para o pessoal existente, de forma que em curto período de tempo possam executar suas funções ambientais de maneira efetiva.

Por sua vez, as atividades de conscientização devem incluir reuniões periódicas, encontros e treinamento, além da distribuição de folders e fixação de cartazes, quando necessário. Todos os treinamentos e reuniões realizados no âmbito do SGA e nas obras do Programa devem ser registrados em lista de presença (Formulário F.G.03 - Lista de Presença - Manual do SGA).

**V.2. Comprometimento**

O desenvolvimento, a implementação e a manutenção eficaz e eficiente do SGA depende da liderança, do comprometimento e do envolvimento do Coordenador da UGP e de seus colaboradores, evidenciados por meio:

* Do estabelecimento da política e dos objetivos do SGA;
* Da comunicação, no âmbito do Programa, da importância do atendimento da exigências contratuais e legais, considerando:
  + Os requisitos de conformidade dos produtos e atividades relativas aos projetos;
  + A conservação do meio ambiente;
  + A saúde e segurança do trabalhador;
  + A responsabilidade social;
  + A condução de análises críticas periódica para avaliar a eficácia do SGA; e
  + A alocação dos recursos necessários.

**V.3. Comunicação Interna**

A UGP deverá estabelecer as diversas formas de comunicação interna eficaz, visando o envolvimento direto dos funcionários com o SGA. As principais são:

* + No Sistema de Gerenciamento do Programa;
  + Nos murais dos escritórios da UGP e das empresas construtora e de apoio ao gerenciamento e supervisão de obras;
  + Nas reuniões com as equipes;
  + Nos registros no Diário de Obras; e
  + Nas correspondências formais.

**V.4.Comunicação Externa**

A UGP deverá estabelecer diversas formas para se comunicar com a comunidade beneficiária pelo Programa de maneira eficaz. As principais são:

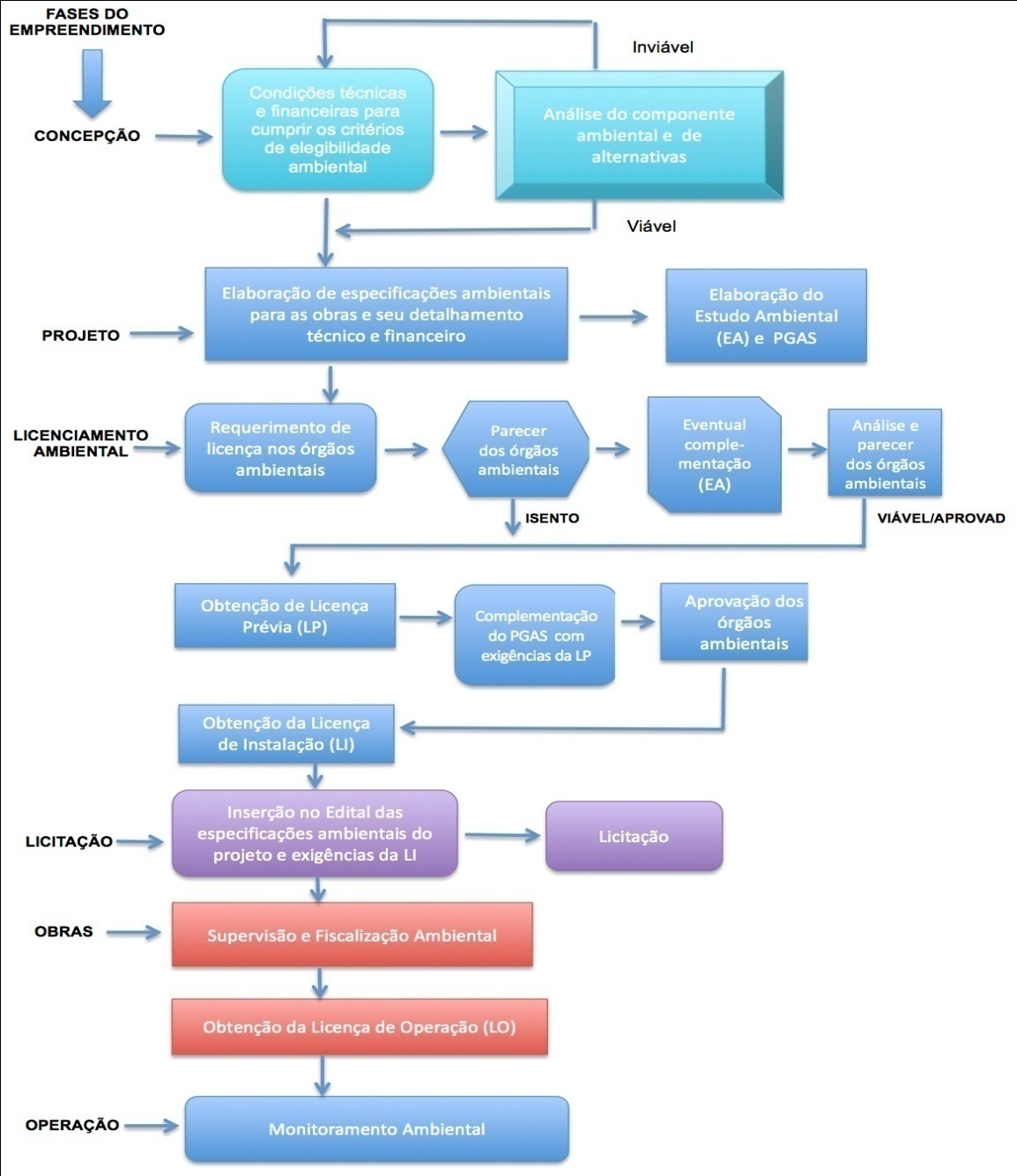
* Deverá ser instalado pela PMV, na região da Orla Noroeste, um escritório local (em espaço fixo ou em trailers móveis) com fins de melhorar a comunicação com a comunidade beneficiada e dar encaminhamentos a eventuais queixas para todos os temas que serão objetos de intervenção na região;
* Atendimento telefônico para o esclarecimento de dúvidas; e
* Folders sobre as atividades do Programa que interferem diretamente com a comunidade, sobretudo na fase de implantação das obras.

**VI. IDENTIFICAÇÃO DOS PROCESSOS E ASPECTOS AMBIENTAIS**

**VI.1. Identificação dos Processos**

A sequência e interação dos processos de implementação dos projetos e das obras do Programa são definidas de acordo com a Política de Meio Ambiente e Cumprimento de Salvaguardas do BID (OP-703) e estão descritas no fluxograma apresentado a seguir (Figura No 4).

**Figura No4**: Fluxograma de Procedimentos Ambientais do Programa.



**FONTE – CODIGO DE CONDUTA**

**VI.2. Identificação dos Aspectos e Impactos Ambientais**

No Programa de Requalificação Urbana da orla Noroeste de Vitoria/ES, os aspectos ambientais de seus componentes e suas atividades, produtos e serviços que podem gerar impactos significativos ao meio ambiente e à comunidade são identificados por meio da Quadro de Impactos do Programa, que deverá ser reavaliado periodicamente, sempre que forem identificadas necessidades de ajustes ou impactos não previstos.

No que se refere ao cumprimento da legislação ambiental, compete à UGP o levantamento e a atualização da legislação ambiental que deve ser atendida pelo Programa.

**VII.PLANEJAMENTO**

**VII.1.Planejamento do SGA**

O planejamento do SGA deve ocorrer de forma a assegurar a qualidade ambiental do Programa, o cumprimento da legislação ambiental e a implementação da OP – 703 do BID. Há que se considerar, também, que a integridade do SGA deve ser mantida sempre que mudanças planejadas ocorrerem.

Neste planejamento, devem ser considerados basicamente os seguintes aspectos:

* Objetivos do SGA e metas estabelecidos pela UGP;
* Necessidades e expectativas definidas pelas partes interessadas e relacionadas ao meio ambiente, saúde e segurança;
* Identificação dos processos, das informações e dos recursos necessários à implementação do SGA;
* Identificação dos requisitos legais aplicáveis;
* Identificação dos aspectos socioambientais e riscos relacionados à saúde e segurança do trabalho, decorrentes das atividades do Programa;
* Determinação dos critérios, métodos e controles necessários para assegurar a eficácia do SGA;
* Definição da documentação necessária para assegurar a eficácia e conformidade do SGA;
* Estabelecimento das ações de monitoramento, medição e análise dos processos relevantes;
* Cumprimento dos objetivos e metas e melhoria contínua de desempenho considerando:
  + Os resultados de desempenho dos processos e produtos;
  + As oportunidades de melhorias identificadas; e
  + Os dados relacionados à análise e avaliação de riscos.

O Manual de Procedimentos do SGA, documento adjunto deste Relatório, contempla todos os procedimentos e formulários do Sistema, divididos em Procedimentos e Formulários Gerais, Procedimentos e Formulários e Procedimentos de Obras.

**VII.2. Planejamento e Execução de Obras**

A implantação das obras estará a cargo das empresas Construtoras contratadas, selecionadas com base nas suas capacidades em atender os requisitos de qualidade e conservação do meio ambiente, apresentados detalhadamente no edital de licitação e no contrato de construção.

Para garantir o controle dos processos durante as obras, foram estabelecidos os seguintes procedimentos identificados pela sigla P.O.No (Procedimentos de Obra No), conforme segue:

* P.01 Programa de Planejamento e Gerenciamento Ambiental
* P.O-02 Programa de Controle Ambiental de Obras
* P.O-03 Programa de Gestão em Saúde e Segurança do Trabalho
* P.O-04 Programa de Supervisão Ambiental da Construção
* P.O-05 Programa de Remediação do Terreno do Centro de Cooperação da Cidade
* P.O-06 Programa de Comunicação Social
* P.O-07 Programa de Educação Ambiental e Sanitária
* P.O-08 Programa de Proteção e Recuperação da Vegetação de Mangue nas Áreas Afetadas
* P.O-09 Programa de Apoio a Atividades Produtivas da Orla Noroeste

**VIII.ANÁLISE DE MELHORIA**

**VIII.1. Inspeções Ambientais**

As inspeções ambientais nas obras do Programa deverão ser realizadas pelo menos quinzenalmente, pelos especialistas em meio ambiente da UGP e consultora contratada para o apoio ao gerenciamento e supervisão das obras, com os objetivos de verificar a conformidade da implantação das obras com as exigências do SGA e avaliar, tecnicamente, a implementação dos programas ambientais estabelecidos.

Após a reunião encerramento da Inspeção Ambiental com as empresas apoio ao gerenciamento e supervisão de obras e construtora, na qual serão discutidos os pontos levantados na inspeção, será enviado à Coordenação Executiva da UGP um relatório com os resultados dessas verificações e com as providências que deverão ser tomadas para melhorias.

A Inspeção Ambiental tem duas características: i) a de uma *auditoria ambiental*, onde os programas de mitigação de impacto e qualidade ambiental e o funcionamento do SGA são avaliados, com relação ao cumprimento dos objetivos e procedimentos, ao desenvolvimento das atividades, ao atendimento do cronograma etc.; e ii) a de uma *consultoria técnica*, que inclui a avaliação técnica dos resultados, além de eventuais sugestões de ajustes e retificações na implementação dos programas e cumprimento das exigências ambientais.

O trabalho de inspeção ambiental, por envolver um processo de consultoria participativa, não deve ser qualificado como auditoria do SGA nos moldes definidos pela ISO 14000, uma vez que esta determina que os auditores atuem de forma imparcial e independente. Assim, a Inspeção Ambiental não se caracteriza como uma auditoria independente, que poderá ser solicitada pela UGP e pelo BID.

**VIII.2. Análise Crítica do SGA pela UGP**

O SGA deverá ser analisado pela UGP trimestralmente, com a participação de todos os participantes do Sistema, de acordo com o desenvolvimento das atividades e o andamento das obras. Os principais objetivos desta análise são assegurar a contínua adequação e eficácia do Sistema e identificar oportunidades de melhoria.

Os seguintes itens deverão ser analisados:

* O resultado das inspeções ambientais;
* O cumprimentos dos objetivos, metas e seus indicadores, se for o caso;
* O desempenho ambiental do Programa;
* A adequação dos recursos disponibilizados;
* Os resultados das avaliações dos requisitos legais e da OP-703;
* As comunicações feitas às partes interessadas;
* As ações preventivas e corretivas adotadas;
* As ações decorrentes de reuniões anteriores;
* As mudanças que possam afetar o SGA, inclusive legais; e
* A proposição de melhorias.

Os resultados da Análise Crítica da UGP são registrados no F.G.02 (Formulário Geral No 2) – Ata de Reunião e divulgados no âmbito da UGP, consultoria de apoio ao gerenciamento e consultora de supervisão das obras e empresa construtora. O registro da referida análise deve conter:

* Relação dos participantes;
* Aspectos analisados; e
* Comentários e decisões.

A Análise Crítica da UGP deve fornecer os subsídios para a tomada de todas as decisões e ações necessárias à melhoria da eficácia do SGA e dos seus processos, incluindo a definição dos recursos necessários. Os resultados da Análise Crítica devem ser sintetizados em um Relatório de Desempenho Ambiental, a ser encaminhado ao BID.

**VIII.3. Melhoria Contínua**

A melhoria contínua da eficácia do SGA é realizada por meio da avaliação da política, dos objetivos e das metas do SGA, dos resultados da Inspeção Ambiental, da análise de dados e da Análise Crítica da Coordenação da UGP.

Também podem ser utilizados Planos de Ação de Melhoria, onde são estabelecidas as atividades necessárias, os responsáveis e os prazos para os seguintes tipos de ações:

**Ações corretivas:** tratamento das não-conformidades, considerando os seguintes aspectos:

* Análise crítica das não-conformidades;
* Determinação das causas das não-conformidades;
* Determinação e implementação das ações necessárias;
* Registro de resultados de ações executadas;
* Análise crítica das ações corretivas executadas; e
* Verificação da eficácia das ações corretivas executadas;

**Ações preventivas**: caracterizadas por providências para evitar que uma não-conformidade em potencial venha a ocorrer, considerando os seguintes aspectos:

* Identificação de não-conformidades potenciais e suas causas;
* Avaliação da necessidade de ações para assegurar a não ocorrência da não-conformidade;
* Determinação e implementação das ações necessárias;
* Registro dos resultados de ações executadas;
* Análise crítica das ações preventivas executadas; e
* Verificação da eficácia das ações implementadas.

**Ações de melhoria:** providenciadas para melhorar os processos do Programa.

Para o processo de melhoria contínua foram estabelecidos dois procedimentos identificados pela sigla P.G.No (Procedimento Geral No), conforme segue:

* P.G.02 – Não-conformidades, Ação Preventiva e Ação Corretiva; e
* P.G.03 – Elaboração do PAM – Plano de Ação de Melhoria.

**IX.PROCEDIMENTOS DE OBRAS DO SGA**

No Quadro No 4, a seguir, são apresentados o resumo dos programas ambientais que fazem parte do SGA da Requalificação Urbana da orla Noroeste de Vitoria, com seus objetivos, metas e documentos correlatos.

**Quadro N⁰4: QUADRO RESUMO DOS PROGRAMAS AMBIENTAIS E PROCEDIMENTOS DE OBRAS – (P.O)**

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **PROCEDIMENTO DE OBRA – P.O.01** | **PLANEJAMENTO E GERENCIAMENTO AMBIENTAL DA OBRA** | | | |
| **Medidas** | **Objetivos** | **Metas** | **Responsabilidade** |
| PLANEJAMENTO DAS ATIVIDADES  E LICENCIAMENTO COMPLEMENTAR | O planejamento ambiental das atividades e da liberação das frentes de obra tem por objetivo compatibilizar o cronograma de obras com os cronogramas de licenciamento ambiental, assegurando a obtenção de autorizações, outorgas, licenças e demais documentos necessários para o início das atividades; | Cópias das licenças, outorgas e autorizações devem ser mantidas no canteiro de obras para consultas e fiscalização por parte das autoridades competentes | UGP e Consultorias de apoio ao Gerenciamento |
| INCORPORAÇÃO DO CONTROLE AMBIENTAL AOS DOCUMENTOS CONTRATUAIS DE OBRA | Todas as medidas e programas propostos neste documento e nos estudos ambientais sejam incorporados à rotina de seus colaboradores e funcionários, bem como nos editais de contratação de obras. | Inclusão das cláusulas ambientais em todo contrato de prestação de serviço. | UGP e Consultorias de apoio ao Gerenciamento |
| GERENCIAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL DOS PROGRAMAS AMBIENTAIS DA ETAPA DE CONSTRUÇÃO | A plena execução dos programas e medidas de controle ambiental da fase de construção uma vez que há medidas que serão efetivamente executadas pelas empresas construtoras. | Programar, de maneira sincronizada, a execução de todas as atividades integrantes dos programas ambientais; e supervisionar os trabalhos de empresas e possíveis consultores especializados | UGP e Consultorias de apoio ao Gerenciamento |
| PROGRAMAÇÃO CONJUNTA DAS ATIVIDADES DA OBRA | Antecipar as informações relativas às principais ações impactantes, de maneira a orientar a programação dos trabalhos de supervisão e monitoramento ambiental propostas para prevenção e mitigação de impactos, minimizando assim, os impactos e incômodos à população, conflitos com o tráfego e impactos às atividades comerciais. | • Definição das atividades semanais em cada frente de obra;  Programação de vistorias;  • Discussão de não-conformidades em aberto e prazos de atendimento;  • Programação e Plano de Ataque às obras;  • Acompanhamento de gestões de licenciamento complementar em curso; | UGP e Consultorias de apoio ao Gerenciamento |
| PLANEJAMENTO DE DESVIOS PROVISÓRIOS DURANTE EXECUÇÃO DA OBRA | Todas as situações de desvios provisórios do tráfego serão objeto de planejamento prévio. | O planejamento incluirá especificação do tipo de pavimento, drenagem superficial, sinalização e dispositivos de proteção e contenção, os desvios deverão garantir, ainda, boas condições de circulação de pedestres. | A implantação e de responsabilidade da construtora do respectivo trecho, que deve garantir a comunicação prévia do início da ativação. |
| ADEQUAÇÕES E OTIMIZAÇÃO AMBIENTAL DOS PROJETOS EXECUTIVOS | Garantir que as implicações ambientais de decisões de engenharia sejam sempre avaliadas e que a minimização de impactos seja sempre priorizada, não somente na fase de detalhamento do Projeto Executivo, mas também em cada instância em que for necessário realizar modificações e/ou revisões inerentes à construção e à operação das estruturas da Orla Noroeste e demais obras do Programa de Requalificação Urbana e Segurança Cidadã. | Ajustes no projeto de forma a garantir o adequado acesso de pescadores e embarcações ao rio, criando as estruturas necessárias ao embarque e desembarque em locais adequados. Ajustes para redução da área de intervenção na vegetação de mangue é outra otimização possível. | UGP e Consultorias de apoio ao Gerenciamento |
| **PROCEDIMENTO DE OBRA – P.O.02** | **PROGRAMA DE CONTROLE AMBIENTAL DE OBRAS** | | | |
| **Medidas** | **Objetivos** | **Ações** |  |
| SINALIZAÇÃO DE OBRA | A sinalização da obra deverá ser cuidadosamente planejada para cada etapa dos serviços, incluindo sinalização de advertência, delimitação de áreas de restrição, indicação de eixos de circulação de embarcações, veículos e equipamentos, sinalização de tráfego, sinalização de orientação/identificação de instalações e outros aspectos pertinentes. | * Sinalização de área de restrição/vigilância patrimonial; * Sinalização de obra (placa da obra, segurança do trabalho e indicação de direção); * Sinalização de interferência com tráfego externo;   Marcações ambientais de frente de obra. | Construtora/Supervisora |
| CONTROLE DA SUSPENÇÃO DE POEIRA | Deverá ser adotado medidas necessárias para a minimização dos efeitos da suspensão de poeira decorrente da movimentação de veículos em vias de acesso | * Será efetuado o umedecimento periódico durante os meses ou períodos sem precipitação pluviométrica. Medidas adicionais como o estabelecimento de limites de velocidade poderão também ser necessárias para a minimização dos efeitos da suspensão de poeira decorrente da movimentação de veículos em vias de acesso. | Construtora/Supervisora |
| GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS | O controle de resíduos sólidos terá por objetivo diminuir os riscos de contaminação do solo e dos corpos d’água pelo manuseio, tratamento e disposição inadequados dos resíduos gerados durante a etapa de implantação do empreendimento. Também tem o objetivo de orientar quanto à classificação, ao armazenamento e à destinação final dos resíduos gerados durantes as obras | * Os resíduos gerados nas frentes de obras serão dispostos em coletores (tambores ou sacos plásticos) inicialmente identificados | Construtora/Supervisora |
| CONTROLE DA SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO E LIMPEZA DO TERRENO | A limpeza dos terrenos e a supressão de vegetação, de maneira genérica, incluem todos os serviços de liberação das áreas para o início efetivo das obras da Orla Noroeste. | * A supressão só ocorrerá nas áreas especificadas no requerimento de supressão de vegetação, e após a autorização. A vegetação suprimida, poderão ser picotados e armazenados nos bota-esperas para posterior utilização na recuperação de áreas impactadas ou utilizadas como bota-esperas, áreas de empréstimo ou bota-foras. A madeira com valor comercial poderá ser vendida ou utilizada na própria obra para implantação de dispositivos de controle de erosão, por exemplo. | Construtora/Supervisora |
| CONTROLE DE EROSÃO E ASSOREAMENTO | As medidas para controle de erosão deverão abranger todos os aspectos relacionados a procedimentos construtivos para a prevenção e controle de processos erosivos nas frentes de obra, áreas de apoio e acessos. | * Implantação de dispositivos de drenagem provisória para disciplinamento do escoamento das águas pluviais sobre áreas em solo exposto, incluindo bacias de retenção de sedimentos, diques provisórios, camalhões, cercas-silte, entre outros; * Implantação dos dispositivos para dissipação do escoamento concentrado; * Implantação e manutenção de bacias de retenção a jusante das drenagens de maneira a evitar o carreamento de solos, especialmente considerando as áreas de implantação das ensecadeiras e nas áreas de barragem de terra. | Construtora/Supervisora |
| CONTROLE DE SERVIÇOS DE MOVIMENTAÇÃO DE TERRA EM ENCOSTAS DE ALTA DECLIVIDADE | Trata-se de medida a ser aplicada durante a execução de projetos de contenção ou estabilização de encostas, as quais caracteristicamente possuem pela alta declividade do terreno e solos rasos, apresentam risco de desestabilização por movimentos gravitacionais de massa e/ou rolamento de matacões. | * Vistoria cautelar: previamente ao início das obras de contenção, as edificações próximas das áreas de intervenção deverão ser vistoriadas, a fim de que sejam verificadas as condições de sua estrutura, * Evitar a execução de corte na qual o equipamento executor encontre-se numa posição inferior a área a ser cortada. * A inclinação de taludes de corte e saias de aterro será permanentemente verificada. * A implantação do sistema de drenagem perimétrico, das descidas d’água provisórias e dissipadores de energia deverá sempre anteceder ao início da escavação. * Deve ser avaliada permanentemente a necessidade e viabilidade da remoção de moradores e da interrupção de serviços públicos, especialmente, a distribuição de energia elétrica e da circulação de veículos e pessoas. * Sempre que possível, a implantação de forração vegetal nos taludes deve ser priorizada, | Construtora/Supervisora |
| CONTROLE AMBIENTAL DA OPERAÇÃO DE VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS | Os veículos que apresentarem excesso de emissões serão tomadas medidas para solucionar o desvio. Tal medida se aplica aos veículos leves, caminhões e também embarcações utilizadas no transporte durante as obras. | * As emissões serão monitoradas visualmente (Escala Ringelmann) Será proibida a utilização de veículos e equipamentos que apresentarem vazamento de óleo | Construtora/Supervisora |
| CONTROLE DE RUÍDO | A operação de todo equipamento mecânico utilizado nos serviços de construção dentro e fora da área do empreendimento não poderá provocar ruído desnecessário ou excessivo, e cumprirá com os limites de ruído estabelecidos pelo Projeto e em conformidade com as normas NBR 10.152/87 e NBR 10.151/00. | * Os equipamentos, bem como os dispositivos de atenuação acústica, em operação nas instalações dos canteiros de obras serão mantidos em boas condições, para minimizar as emissões de ruído, sendo prevista a utilização de EPIs e controle nas operações dos equipamentos mecânicos utilizados, buscando evitar emissão de ruídos desnecessários ou excessivos nas frentes de obra. | Construtora/Supervisora |
| CONTROLE AMBIENTAL DOS CANTEIROS DE OBRAS | Definir o processo para a implantação, operação e desmobilização do canteiro de obras e demais instalações provisórias, de forma a evitar danos ambientais no local e assegurar a qualidade ambiental do Programa | * Atendimento de todas a condicionantes da LP e LI; * Tendência decrescente de apontamentos de não conformidades nas inspeções ambientais periódicas; * Capacitação de todos os empregados da obra em saúde e segurança no trabalho, educação ambiental, limpeza e qualidade ambiental; * Devolver o local utilizado para o canteiro de obras em condições idênticas ou melhores que a original. | Construtora/Supervisora |
| MONITORAMENTO DA QUALIDADE DA ÁGUA | Proposto para o período de obras de requalificação urbana da Orla Noroeste, o monitoramento da qualidade da água, além de gerar informações sobre os potenciais efeitos das obras nos recursos hídricos superficiais rio Santa Maria e canais secundários. | * Os resultados serão avaliados individualmente e de modo integrado, compondo índices de qualidade da água por cada ponto monitorado | Construtora/Supervisora |
|  | ACHADOS ARQUEOLÓGICOS | Os operários das frentes de obras serão orientados quanto aos procedimentos que devem ser adotados caso encontrem vestígios arqueológicos nas áreas de intervenção, sobretudo quando dos serviços de escavação. | * Solicitar ao responsável sobre quais procedimentos a serem adotados no caso de achados arqueológicos. | Construtora/Supervisora |
| **PROCEDIMENTO DE OBRA – P.O.03** | **PROGRAMA DE GESTÃO EM SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO** | | | |
| **Medidas** | **Objetivos** | **Ações** | **Documento correlato** |
| GESTÃO DE SEGURANÇA DO TRABALHO E SAÚDE OCUPACIONAL | Estabelecimento das Diretrizes de Segurança do Trabalho a serem seguidas pela Construtora que, diretamente com seu pessoal ou com pessoal de terceiros contratados sob sua responsabilidade, desempenhem suas funções total ou parcialmente, nas áreas de serviços e obras do Programa. | * Constituição do SESMT (Serviço Especializado de Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho); * Constituição da CIPA; * Elaboração do PCMSO; * Elaboração do documento-base do PPRA | Construtora/Supervisora |
| TREINAMENTO EM SAÚDE OCUPACIONAL E SEGURANÇA DO TRABALHO | O treinamento relativo ao cumprimento das normas de segurança, uso de EPIs e procedimentos de trabalho seguro, será uma responsabilidade contínua das empresas construtoras durante todo o período de construção. Para tanto, as mesmas deverão contar com técnicos em segurança do trabalho na quantidade estipulada pela legislação. | * Todos os trabalhadores receberão treinamento de integração em questões de segurança do trabalho, que será ministrado em conjunto com o treinamento ambiental admissional.Em casos de ocorrência de acidentes e/ou do lançamento de não-conformidades relativas à segurança do trabalho pela equipe de supervisão e monitoramento do empreendedor, o treinamento semanal será reforçado, com foco nos procedimentos de trabalho seguro cuja inobservância tenha sido verificada. | Construtora/Supervisora |
| ELABORAÇÃO DO CÓDIGO DE CONDUTA PARA OS TRABALHADORES | As empresas envolvidas direta ou indiretamente na implantação do empreendimento deverão orientar e disciplinar os seus colaboradores quanto a ética no ambiente de trabalho | * Uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPI), * Relacionamento com a comunidade, * Respeito ao meio ambiente, * Higiene e limpeza e hábitos saudáveis | Construtora/Supervisora |
| ESPECIFICAÇÃO DAS RESPONSABILIDADES NO ATENDIMENTO A EMERGÊNCIAS | O contrato de construção estipulará claramente as responsabilidades das empresas construtoras nas situações de emergências ambientais que possam se apresentar durante as obras. | * Incêndio na área de implantação do empreendimento ou em áreas lindeiras; * Vazamento de combustíveis ou produtos químicos; * Escorregamento em área escavada ou terraplenada para execução das obras. | Construtora/Supervisora |
| **PROCEDIMENTO DE OBRA – P.O.04** | **PROGRAMA DE SUPERVISÃO AMBIENTAL DA CONSTRUÇÃO** | | | |
| **Medidas** | **Objetivos** | **Ações** | **Documento correlato** |
| PROGRAMA DE SUPERVISÃO AMBIENTAL DA CONSTRUÇÃO | No início das obras, a situação ambiental em todas as áreas a serem diretamente afetadas deverá ser documentada para constituir uma *linha base*, contra a qual possam ser comparadas situações futuras. | Será produzida a documentação cadastral de todos os pontos considerados sensíveis. | UGP e Consultorias de apoio ao Gerenciamento |
| DOCUMENTAÇÃO AMBIENTAL DA SITUAÇÃO INICIAL | Será produzida a documentação cadastral de todos os pontos considerados sensíveis. | No início das obras, a situação ambiental em todas as áreas a serem diretamente afetadas deverá ser documentada para constituir uma *linha base*, contra a qual possam ser comparadas situações futuras. | UGP e Consultorias de apoio ao Gerenciamento |
| DOCUMENTAÇÃO AMBIENTAL CONTÍNUA DO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO | A documentação ambiental do processo de implantação do empreendimento será abrangente, documentando todas as etapas das obras | * Passivos ambientais pré-existentes e situação final nos locais abrangidos; * Sequência construtiva de todas as obras; * Situação nas áreas de apoio utilizadas; * Situações de impactos induzidos por terceiros em áreas adjacentes. | UGP e Consultorias de apoio ao Gerenciamento |
| OPERACIONALIZAÇÃO SEQUENCIAL DA SUPERVISÃO E MONITORAMENTO AMBIENTAL DAS OBRAS | A supervisão e monitoramento das obras propriamente será operacionalizada por meio de uma rotina sistemática de vistorias realizadas por membros das equipes de Supervisão Ambiental | * As vistorias incluirão todas as frentes de obra e atenderão à periodicidade mínima a ser estabelecida. * Será gradativa, na medida da abertura de novas frentes de obras | UGP e Consultorias de apoio ao Gerenciamento |
| OPERACIONALIZAÇÃO DO SISTEMA DE MANEJO DE NÃO-CONFORMIDADES | Sempre que houver problemas de inobservância de alguma medida relativa a construção ou controle ambiental das ações desenvolvidas no Programa. | As equipes de Supervisão Ambiental emitirão uma Recomendação de Ação Corretiva (RAC) ou, nos casos mais graves ou reincidentes, uma Notificação de Não-Conformidade (NNC). | UGP e Consultorias de apoio ao Gerenciamento |
| DESATIVAÇÃO GRADATIVA DE PONTOS DE CONTROLE | Serão utilizados os *Laudos de Desativação de Ponto de Controle*. Esse procedimento antecederá ao procedimento de Recepção de Obra pela PMV. | Por meio da verificação da correta e total execução dos procedimentos de desativação de obra, proceder-se-á à desativação gradativa e individualizada de todas as frentes de obra | UGP e Consultorias de apoio ao Gerenciamento |
| **PROCEDIMENTO DE OBRA – P.O.05** | **PROGRAMA DE REMEDIAÇÃO DO TERRENO DO CENTRO DE COOPERAÇÃO DA CIDADE** | | | |
| **Medidas** | **Objetivos** | **Ações** | **Responsabilidade** |
| DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES (MEDIDAS) | O gerenciamento dos passivos ambientais eventualmente existentes nas áreas afetadas pelas obras. | Aplica-se particularmente na área de implantação do Centro de Cooperação da Cidade, onde há evidência da um passivo ambiental (área contaminada por vazamento de combustível em tanque enterrado). | Prefeitura Municipal de Vitoria / Empresa contratada |
| RESPONSABILIDADE INSTITUCIONAL | A responsabilidade pela aplicação do programa de remediação do terreno do centro de cooperação da cidade. | As ações de monitoramento será da Prefeitura Municipal de Vitória. | Prefeitura Municipal de Vitoria / Empresa contratada |
| **PROCEDIMENTO DE OBRA – P.O.06** | **PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL** | | | |
| **Medidas** | **Objetivos** | **Ações** | **Responsabilidade** |
| IMPLANTAÇÃO DE UNIDADE DE ATENDIMENTO LOCAL PARA RETIRADA DE DÚVIDAS E DIVULGAÇÃO DO PROJETO EXECUTIVO DA ORLA NOROESTE | Para divulgação focada na população da área afetada, de influência direta e indireta, atendendo suas dúvidas e consultas | Essa unidade de atendimento é um espaço especialmente projetado para oferecer informações às comunidades lindeiras, com a preocupação em estabelecer um fluxo de informações direcionado ao atendimento das demandas da população diretamente atingida pelo empreendimento. | PMV, UGP e Consultorias de apoio ao Gerenciamento |
| DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES ANTES DO INÍCIO DAS OBRAS | Fornecer à população, através de um conjunto de ações, as informações pertinentes a respeito da implantação desse empreendimento. | * Divulgação Prévia do Projeto por meio das frentes de serviços contratados; * Realização de reuniões informativas com representantes de moradores e associações que pedirem maiores informações sobre o empreendimento | PMV, UGP e Consultorias de apoio ao Gerenciamento |
| DIVULGAÇÃO DA EVOLUÇÃO DE FRENTES DE OBRA E INTERFERÊNCIAS COM A POPULAÇÃO | Durante a fase de construção, a gestão das relações com as comunidades mais próximas às frentes de obra será de responsabilidade da PMV, com ações realizadas pela sua equipe de Comunicação Social, com informações disponibilizadas pelas empresas Construtoras, e outras ações realizadas por estas últimas | * Divulgação da abertura de frentes de obra e das interferências; * Divulgação sobre a programação e avanço das frentes de trabalho e início de atividades em novos locais; * Divulgação sobre o andamento dos Programas Socioambientais do PBA do empreendimento. | PMV, UGP e Consultorias de apoio ao Gerenciamento |
| DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES E SINALIZAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO SISTEMA VIÁRIO E DE TRANSPORTES | Os executores das obras devem identificar a necessidade de comunicar a comunidade sobre a atividade de risco a ser executada. Havendo a necessidade, a empresa executora deverá comunicar aos responsáveis pelo Programa de Comunicação Social | Durante a etapa de obras, a população usuária das vias utilizadas nas obras e os usuários do sistema de transportes que por elas trafeguem deverão ser prévia e devidamente informados, mediante mensagens claras e objetivas, sobre as mudanças temporárias que serão introduzidas em itinerários, locais de estacionamento, paradas de ônibus, passarelas de pedestres, desvios de tráfego, alterações de limite de velocidade, surgimento de novos pontos perigosos de passagem e travessia, entre outros. | PMV, UGP e Consultorias de apoio ao Gerenciamento |
| DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES NO FINAL DA OBRA | Nessa fase, deverá ser feita campanha de informação para as partes interessadas sobre o término da obra | Serão feitas reuniões com as lideranças locais e serão veiculadas informações por meio de boletim informativo de encerramento da obra. | PMV, UGP e Consultorias de apoio ao Gerenciamento |
| **PROCEDIMENTO DE OBRA – P.O.06** | **SUBPROGRAMA DE ATENDIMENTO A CONSULTAS E RECLAMAÇÕES** | | | |
| **Medidas** | **Objetivos** | **Medidas** | **Documento correlato** |
| IDENTIFICAÇÃO, MAPEAMENTO E ANÁLISE DAS PARTES INTERESSADAS | Identificar os principais grupos de partes interessadas que devem ser informados e consultados sobre o projeto. Esses grupos devem incluir pessoas ou grupos | Após o mapeamento das partes interessadas, deve ser realizada uma primeira campanha de divulgação de informações | PMV, UGP e Consultorias de apoio ao Gerenciamento |
| CONSULTA E PARTICIPAÇÃO DAS PARTES INTERESSADAS | Elaborar procedimentos que garantam e comprovem a ampla participação das comunidades no projeto | Estabelecer um diálogo com as partes interessadas, e com isso realizam-se as consultas | PMV, UGP e Consultorias de apoio ao Gerenciamento |
| ESCRITÓRIO DE GESTÃO SOCIAL | Melhorar a comunicação com a comunidade beneficiada e dar encaminhamentos a eventuais queixas para todos os temas que serão objetos de intervenção na região. | Deverá ser instalado pela PMV, na região da Orla Noroeste, um escritório local em espaçofixo ou em trailers móveis | PMV, UGP e Consultorias de apoio ao Gerenciamento |
| GERENCIAMENTO DE RECLAMAÇÕES | Deve haver um mecanismo de reclamação e comunicação para o público externo e um mecanismo de reclamação e comunicação para o público interno. Estes canais de comunicação devem ser devidamente divulgados aos seus públicos-alvo. | Toda consulta ou reclamação aceita deve passar por um procedimento de controle e incluída em uma Planilha Consolidada de Acompanhamento de Consultas e Reclamações. | PMV, UGP e Consultorias de apoio ao Gerenciamento |
| GESTÃO CONTÍNUA DAS PARTES INTERESSADAS | Criação de um sistema de atendimento a consultas e reclamações, funcionando como uma ouvidoria específica para a implantação da Orla Noroeste | Serão fornecidos aos cidadãos: um endereço convencional para envio de correspondência, um número de telefone para atendimento imediato e um endereço eletrônico para recebimento de demandas, consultas, reclamações e sugestões. | PMV, UGP e Consultorias de apoio ao Gerenciamento |
| **PROCEDIMENTO DE OBRA – P.O.07** | **PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL E SANITÁRIA** | | | |
| **Medidas** | **Objetivos** | **Ações** | **Documento correlato** |
| ARTICULAÇÃO COM O PODER PÚBLICO LOCAL | Articulação e contato com o poder público e com instituições localizadas nas comunidades próximas, | Este contato também visa à obtenção, no início das atividades, de informações complementares a respeito das comunidades localizadas nas proximidades da obra, bem como no entorno dos canteiros de obra. | UGP e Consultorias de apoio ao Gerenciamento |
| REALIZAÇÃO DE DIAGNÓSTICO RÁPIDO PARTICIPATIVO | O objetivo é compreender os problemas existentes e as potencialidades da região, assim como os conflitos socioambientais existentes nas localidades, a partir da visão do público participante | Diagnóstico Rápido Participativo (DRP) que é uma técnica de diagnóstico voltada para programas e projetos que utilizam sistema de planejamento participativo | UGP, Consultorias de apoio ao Gerenciamento e empresas especializadas |
| ADEQUAÇÃO DOS RESULTADOS DO DRP AO PROJETO A SER ELABORADO | Os relatos e informações reunidos e descritos no DRP devem ser a base para elaboração dos conteúdos e temas a serem ministrados e absorvidos pelo público que participará do projeto propriamente dito | * Elaboração dos Projetos de Educação Ambiental e Sanitária * Organização e análise dos resultados do Diagnóstico Rápido Participativo; * Detalhamento dos projetos de educação ambiental; * Apresentação dos projetos consolidados em um Relatório Preliminar do Programa de Educação Ambiental e Sanitária | UGP, Consultorias de apoio ao Gerenciamento e empresas especializadas |
| ELABORAÇÃO DOS PROJETOS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL E SANITÁRIA | Após a conclusão do DRP, realizar uma síntese das atividades diagnosticadas no DRP. | As principais atividades a serem realizadas consistem em:  - Organização e análise dos resultados do Diagnóstico Rápido Participativo;  - Detalhamento dos projetos de educação ambiental;  - Apresentação dos projetos consolidados em um Relatório Preliminar do Programa de Educação Ambiental e Sanitária. | UGP, Consultorias de apoio ao Gerenciamento e empresas especializadas |
| PRODUÇÃO DOS MATERIAIS PEDAGÓGICOS E DE APOIO | Contribuir com a participação no processo de gestão ambiental e estimular a participação da comunidade/sociedade no processo de licenciamento ambiental. | Os materiais didáticos a serem elaborados deverão conter informações sobre o licenciamento ambiental do empreendimento, para contribuir com a participação no processo de gestão ambiental e estimular a participação da comunidade/sociedade no processo de licenciamento ambiental. | UGP, Consultorias de apoio ao Gerenciamento e empresas especializadas |
| REALIZAÇÃO DE OFICINAS DE APRENDIZAGEM E TREINAMENTO | Após a realização das medidas anteriormente descritas deverá ser implementado o curso de educação ambiental | Realização de oficinas de aprendizagem e treinamento com o público-alvo. | UGP, Consultorias de apoio ao Gerenciamento e empresas especializadas |
| EDUCAÇÃO AMBIENTAL E SANITARIA PARA OS TRABALHADORES | O objetivo desta medida é assegurar que os trabalhadores envolvidos com as obras do empreendimento realizem suas atividades de acordo com procedimentos adequados, considerando cuidados com o meio ambiente, com as comunidades e com o patrimônio histórico, arqueológico. | A aplicação de treinamento ambiental aos trabalhadores das construtoras será uma atribuição da equipe de Gestão Ambiental | UGP, Consultorias de apoio ao Gerenciamento e empresas especializadas |
| **PROCEDIMENTO DE OBRA – P.O.08** | **PROGRAMA DE PROTEÇÃO E RECUPERAÇÃO DA VEGETAÇÃO DE MANGUE NAS ÁREAS AFETADAS** | | | |
| **Medidas** | **Objetivos** | **Ações** | **Responsabilidade** |
| ELABORAÇÃO DOS PLANOS DE MANEJO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO | Trata-se da elaboração de Planos de Manejo das unidades de conservação Estação Ecológica Municipal da Ilha do Lameirão e do Parque Municipal Dom Luiz Gonzaga | As pressões sobre os recursos naturais das unidades decorrem do processo de urbanização e da exploração de recursos no interior das unidades, tais como a pesca e a coleta e a retirada de madeira. | UGP, Consultorias de apoio ao Gerenciamento e empresas especializadas |
| PLANO DE RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADA (PRAD) | Estação Ecológica Municipal da Ilha do Lameirão e do Parque Municipal Dom Luiz Gonzaga, modificadas por intervenções antrópicas diretas ou por processos decorrentes da ocupação urbana no entorno | Compreende ações destinadas à recuperação de áreas de mangue situadas dentro da Estação Ecológica Municipal | UGP, Consultorias de apoio ao Gerenciamento e empresas especializadas |
| RECUPERAÇÃO DE ÁREAS IMPACTADAS PELAS OBRAS | Objetiva garantir que as áreas impactadas pelas obras da Orla Noroeste sejam devidamente recuperadas | * Demolição de instalações provisórias, limpeza e descontaminação das áreas a serem recuperadas; * Reconformação do terreno e contenção de erosão, visando devolver estabilidade do suporte físico da paisagem local, eliminando os processos erosivos atuantes e minimizando a possibilidade de ocorrência de processos futuros; * Reordenamento ou implantação de sistema de drenagem; * Reconformação do terreno e forração vegetal com gramíneas; * Recomposição da vegetação. | UGP, Consultorias de apoio ao Gerenciamento e empresas especializadas |
| EDUCAÇÃO AMBIENTAL E VIGILÂNCIA | Gestão das unidades de conservação é de fundamental importância que a PMV incremente as atividades e os programas de educação ambiental já desenvolvidos, de forma a ampliar a conscientização da população dos bairros da região da Orla Noroeste | * Medidas que reforcem a vigilância das unidades, coibindo ações de depredação e poluição, bem como incursões ilegais dentro das unidades, devem também ser estruturadas e implementadas pela PMV. | UGP, Consultorias de apoio ao Gerenciamento e empresas especializadas |
| **PROCEDIMENTO DE OBRA – P.O.09** | **PROGRAMA DE APOIO A ATIVIDADES PRODUTIVAS DA ORLA NOROESTE** | | | |
| **Medidas** | **Objetivos** | **Ações** | **Responsabilidade** |
| IMPLANTAÇÃO DE CENTRO DE APOIO AO EMPREENDEDOR | O programa objetiva maximizar a participação da população local no desenvolvimento econômico indireto a ser proporcionado as comunidades do entorno da Orla Noroeste no desenvolvimento de atividades empresariais potencializadas a partir da implantação das obras | * Oferecer suporte às atividades dos estabelecimentos comerciais do entorno da Orla Noroeste; * • Contribuir para o desenvolvimento da atividade empresarial dessas unidades; * • Acompanhar e apoiar as ações propostas. | UGP, Consultorias de apoio ao Gerenciamento e empresas especializadas |
| LEVANTAMENTO DA SITUAÇÃO ATUAL DOS EMPREENDIMENTOS ESTABELECIDOS NA ÁREA DE INFLUÊNCIA DIRETA  DAS OBRAS DA ORLA NOROESTE | O programa objetiva maximizar a participação da população local no desenvolvimento econômico indireto a ser proporcionado as comunidades do entorno da Orla Noroeste no desenvolvimento de atividades empresariais potencializadas a partir da implantação das obras | * Identificação dos empreendimentos estabelecidos na região; * • Categorização entre formais e informais; * • Grau de desenvolvimento do negócio e• necessidades de capacitação. | UGP, Consultorias de apoio ao Gerenciamento e empresas especializadas |
| DEFINIÇÃO DO IMPACTO DAS OBRAS EM CADA ESTABELECIMENTO | O programa objetiva maximizar a participação da população local no desenvolvimento econômico indireto a ser proporcionado as comunidades do entorno da Orla Noroeste no desenvolvimento de atividades empresariais potencializadas a partir da implantação das obras | * Localização do estabelecimento; * • Tipo de serviço e/ou comércio; * • Horários de funcionamento e • Quantidade e tipologia dos clientes atendidos. * • Estimativa da queda de receita, se houver; * • Definição de possíveis medidas compensatórias através de subsídios. | UGP, Consultorias de apoio ao Gerenciamento e empresas especializadas |
| ANÁLISE PROPOSIÇÃO DE UM CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO JUNTO AO GERENCIAMENTO DA OBRA | O programa objetiva maximizar a participação da população local no desenvolvimento econômico indireto a ser proporcionado as comunidades do entorno da Orla Noroeste no desenvolvimento de atividades empresariais potencializadas a partir da implantação das obras | * Implantação da obra com vistas a melhor prática, * • Garantia do prazo de implantação * • Minimização dos impactos nas empresas. | UGP, Consultorias de apoio ao Gerenciamento e empresas especializadas |
| QUALIFICAÇÃO DOS EMPREENDEDORES PARA O NOVO CENÁRIO ESTABELECIDO APÓS A CONCLUSÃO DAS OBRAS | O programa objetiva maximizar a participação da população local no desenvolvimento econômico indireto a ser proporcionado as comunidades do entorno da Orla Noroeste no desenvolvimento de atividades empresariais potencializadas a partir da implantação das obras | * Capacitação e requalificação dos estabelecimentos em função do novo cenário, pós obras. * • Levantamento da situação pós implantação. * • Diagnosticar a situação das empresas da região, inclusive as que surgiram durante e/ou depois das obras, em parceria com o SEBRAE. | UGP, Consultorias de apoio ao Gerenciamento e empresas especializadas |
| IDENTIFICAÇÃO DE OPORTUNIDADES/PROJETOS | Consulta contínua às entidades públicas e privadas atuantes em Vitória (inclusive ONGs e associações locais) se constituirá em uma das estratégias principais. | * Avaliação mercadológica e comercial | UGP, Consultorias de apoio ao Gerenciamento e empresas especializadas |
| CAPACITAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO | Direcionados às necessidades das propostas/projetos selecionados serão desenvolvidos de maneira contínua e de acordo com as necessidades do Programa | * Aspectos que constituem fatores críticos de sucesso em cada projeto | UGP, Consultorias de apoio ao Gerenciamento e empresas especializadas |
| APOIO TÉCNICO AO PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS / EMPRESAS | Poderá prestar apoio no planejamento e implantação dos projetos. | * Apoio técnico às fases de operação inicial de projetos / empresas | UGP, Consultorias de apoio ao Gerenciamento e empresas especializadas |

1. Resolução CONAMA 237, de 19 de dezembro de 1997. [↑](#footnote-ref-1)
2. Incluído no RAAS. [↑](#footnote-ref-2)
3. O PCAO é elaborado pela empresa construtora antes do início das obras. [↑](#footnote-ref-3)